

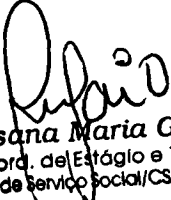
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**VIVIANE MARIA RODRIGUES**

**TRABALHO DOCENTE E O SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS À  
ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 8/12/2010

  
Rosana Maria Gaio  
Coord. de Estágio e TCC  
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

**Florianópolis - SC  
2009**

**VIVIANE MARIA RODRIGUES**

**TRABALHO DOCENTE E O SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS À  
ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

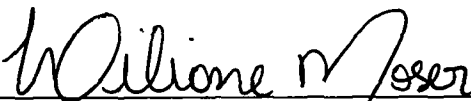
Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social do Centro Sócio-Econômico da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito parcial para obtenção do  
Título de Bacharel em Serviço Social.  
Orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Liliâne Moser.

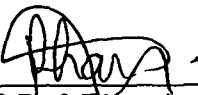
**Florianópolis - SC  
2009**

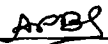
**VIVIANE MARIA RODRIGUES**

**TRABALHO DOCENTE E O SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS À  
ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, avaliado e aprovado pela Comissão Examinadora integrada pelos membros:

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliâne Moser  
Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. ° Dr. ° Ricardo Lara  
1º examinador

  
\_\_\_\_\_  
Assistente Social: Ana Paula Balthazar dos Santos  
2ª examinadora

**Florianópolis - SC  
2009**

**"Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência."**

**Karl Marx**

## Agradecimentos

Agradecer, segundo o dicionário, ato de demonstrar gratidão. Acredito ser algo muito difícil, mas também, muito importante. Difícil, pois são tantos os que gostaria de agradecer, que fizeram e fazem parte deste momento de vida. Importante, pois ter o privilégio de agradecer à pessoas tão importantes na minha vida é algo inigualável.

Deste modo, não poderia iniciar agradecendo outras pessoas se não as que mais amo, meus pais, José e Maria, que me ensinaram a ser o que sou enquanto essência. Pai, Mãe, dizer muito obrigada é pouco, contudo, quero lhes dizer algo, tenho muito orgulho de ter nascido de vocês, que o amor que lhes dedico é incondicional, eterno e verdadeiro. AMO VOCÊS.

Aos meus irmãos Carlinhos e Cristiane, meus cunhados Viviane e Nido, meus sobrinhos Bruno, Dudu e Sara, meus afilhados Soraia, Maria Eduarda e Lucas. Obrigada por fazerem parte deste momento tão importante. Por compreenderem e respeitarem meus momentos de insanidade, de ausência, de histeria, enfim, obrigada por tudo, também amo vocês.

Aos meus familiares, que são muitos, por participarem da minha vida e compartilharem deste momento. Sei que embora não pudéssemos estar sempre juntos, a torcida era imensa para que eu realizasse meu objetivo.

Às minhas amigas Marcinha e Mari, que sempre me apoiaram, me fortaleceram e ampararam. Agradeço a vocês, não só por este momento, mais pelos mais de dez anos de amizade.

Aos colegas e amigos da academia, que vivenciaram comigo os bons momentos. Em especial a Lê, Silvia, Sandra, Gabi, Dani, Alice, Gisele, Greicy, Nane, Seandra, Camila, Jeane e Karine.

Agradeço também aos servidores técnico-administrativos da PRDHS, em especial à Pati, Helô, Nadia, Flavinha, Aline, Sônia, Marcelo. Também agradeço aos servidores da PRAE, em especial à Mara, Passarinho, Aurélia, Claudia, Nana, Kátia, Lilian, Rose. Aos servidores do Departamento de Serviço Social Rosana Gaio e Zé. Agradeço em especial aos servidores, pais e crianças do NDI. Contudo, agradeço de forma mais contundente à Regi, que com todo seu carinho e dedicação aceitou que eu desenvolvesse minhas habilidades profissionais neste espaço.

Aos professores do Departamento de Serviço Social, agradeço a todos por socializarem o conhecimento, estimulando o reconhecimento da realidade, bem como, propiciando a formação de profissionais comprometidos com o fazer profissional.

Agradeço em especial à Prof.<sup>a</sup> Eliete, que tive o privilégio de conviver, bem como, dividir experiências através da monitoria, onde encontrei não só uma excelente professora, mas uma amiga.

Agradeço também, em especial à minha orientadora Liliane Moser, por aceitar o desafio de me orientar, ter acreditado na minha proposta de TCC, pela dedicação na orientação, por ter respeitado minhas limitações, meus anseios e minhas dúvidas. Liliane, te agradeço imensamente por ter aceitado me orientar, pois só foi possível chegar até aqui porque tive teu apoio, teu carinho, tua dedicação.

À minha super supervisora de campo, Lúcia Goreti Gobatto Junkes. Lúcia, te agradeço por me orientar, me fazer crescer, me tornar uma profissional, pois você me ensinou muito sobre a prática profissional, sobre o que defendemos, acreditamos e o que buscamos. Levo comigo uma frase sua para todo o sempre "*não existem limitações, mas sim desafios a serem superados*", penso que os ensinamentos são algo que não tem preço, que não conseguimos mensurar, então, não me resta mais nada a não ser dizer estas simples palavras, muito obrigada.

Obrigada também às Assistentes Sociais da DiSS, Maria Alice, Rosana, mas sobretudo à Ana Paula Balthazar dos Santos, que com toda a sua pedagogia dos ensinamentos nos faz pensar a atuação profissional de forma tão contundente, não poderia deixar de agradecer, também, por contar com sua presença, como examinadora na minha banca de TCC, é um privilégio contar com sua participação. Agradeço às estagiárias da DiSS, Adriana, Letícia Costa, Rosângela, Letícia Kato, Gabriela, Ricardo e especialmente à Greicy Kelly.

Por último, agradeço a Deus pelo dom da vida, por colocar no meu caminho pessoas tão especiais quanto estas citadas. Enfim, por me permitir compartilhar da vida de pessoas tão maravilhosas quanto todos vocês. **MUITO OBRIGADA.**

**RODRIGUES, Viviane Maria. Trabalho docente e o serviço social: desafios à atuação profissional. 2009. 78f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.**

## **RESUMO**

O presente trabalho busca analisar como os docentes da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, atendidos pela Divisão de Serviço Social - Atenção ao Servidor (DiSS), compreendem o trabalho do Serviço Social, para tanto, contextualizou-se o surgimento das Universidades no Brasil e, neste contexto, a institucionalização da UFSC. Além de problematizar a categoria trabalho e, especificamente, o trabalho docente em uma instituição de ensino superior, bem como, a forma de acesso do docente da UFSC ao serviço da Divisão de Serviço Social Atenção ao servidor - DiSS. Deste modo, explanou-se a respeito do surgimento da profissão de Serviço Social no Brasil, bem como a institucionalização deste serviço na UFSC e as três esferas de atuação e atendimento presentes. Buscou-se identificar o trabalho do Serviço Social na DiSS; bem como analisar junto aos docentes atendidos, como percebem o trabalho do Assistente Social através de pesquisa empírica. Para tanto, realizou-se entrevista com docentes da UFSC atendidos na DiSS, buscou-se saber qual a concepção de Serviço Social para estes usuários, antes de serem atendidos na DiSS e após o atendimento. Foi possível verificar que havia uma compreensão antes de serem atendidos e esta sofreu mudanças em relação a profissão de Serviço Social, após a intervenção profissional junto a estes trabalhadores.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Atuação Profissional. Trabalho Docente. Visão do Usuário.

## **LISTA DE SIGLAS**

- CERTI** - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras
- DDAP** - Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal
- DDAS** - Departamento de Desenvolvimento de Atenção Social a Saúde
- DDPP** - Departamento de Desenvolvimento e Potencialização de Pessoas,
- DISS** – Divisão de serviço Social Atenção ao servidor
- FAPEU** - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
- FEESC** - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina
- FEPESE** - Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
- FHC** - Fernando Henrique Cardoso
- FUNJAB** - Fundação José Arthur Boiteux
- HU** – Hospital Universitário.
- IES** – Instituições de Ensino Superior
- JMO** – Junta Médica Oficial
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- NDI** – Núcleo de Desenvolvimento Infantil
- PRAC** - Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária
- PRDHS** – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social
- REUNI** - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- RJU** - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina
- UNE** - União Nacional dos Estudantes



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b>	Número de Docentes da UFSC por sexo.....	<b>54</b>
<b>Gráfico 2:</b>	Idade dos docentes da UFSC.....	<b>55</b>
<b>Gráfico 3:</b>	Número de docentes atendidos na DiSS por sexo.....	<b>57</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Perfil das docentes entrevistadas.....</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 2 - Motivo de procura pelo Serviço Social.....</b>	<b>58</b>

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>O ENSINO SUPERIOR E OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Contextualização do Sistema de Ensino Superior no Brasil do Século XX aos Dias Atuais.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: Surgimento e expansão.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3</b>	<b>Os desafios do trabalho docente na atualidade.....</b>	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>ESPAÇOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA UFSC.....</b>	<b>36</b>
<b>3.1</b>	<b>Contextualização do Serviço Social Brasileiro.....</b>	<b>36</b>
<b>3.2</b>	<b>O Serviço Social na UFSC.....</b>	<b>41</b>
<b>3.2.1</b>	<b>Coordenadoria de Serviço Social Atendimento ao Estudante.....</b>	<b>42</b>
<b>3.2.2</b>	<b>O Serviço Social no Hospital Universitário.....</b>	<b>43</b>
<b>3.2.3</b>	<b>O Serviço Social Atenção ao Servidor.....</b>	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL E AS REPRESENTAÇÕES DOCENTES.....</b>	<b>52</b>
<b>4.1</b>	<b>Procedimentos Metodológicos da Pesquisa.....</b>	<b>52</b>
<b>4.2</b>	<b>Os docentes da UFSC atendidos na DiSS.....</b>	<b>54</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Perfil dos Docentes Participantes da Pesquisa.....</b>	<b>56</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Trabalho e realização profissional dos Docentes.....</b>	<b>59</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Representações dos docentes acerca do Serviço Social.....</b>	<b>62</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>74</b>
	<b>Apêndice A - Roteiro para entrevista.....</b>	<b>75</b>
	<b>Apêndice B - Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>	<b>77</b>

# 1 INTRODUÇÃO

As inquietações referentes à atuação do Serviço Social e qual a visão do usuário deste serviço surgiu durante o processo de estágio, iniciado no ano de 2008<sup>1</sup>. Pois, o usuário do serviço ofertado pela Divisão de Serviço Social Atenção ao Servidor (DiSS), apresenta-se como um público diferenciado, no sentido de que são usuários inseridos no mercado de trabalho, tem acesso a educação, a saúde, contudo, não deixam de ser sujeitos sociais, inseridos em uma sociedade desigual e conflituosa.

A DiSS disponibiliza seus serviços aos servidores técnicos administrativos e docentes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e seus familiares com o objetivo de atender às demandas sociais destes usuários, numa perspectiva sócio-educativa. As ações vêm sendo centradas nos processos sociais que envolvem a área da saúde do trabalhador.

As transformações ocorridas nas últimas décadas, tanto no mundo do trabalho, quanto nas relações sociais e diante das diversas transformações ocorridas diariamente, tendo em vista que os acontecimentos não são estáticos e, pautados no que propõe o Projeto Ético-Político do Serviço Social, nos instigou a investigar o que o usuário pensa a respeito da profissão, será que mesmo passado tantos anos do surgimento da profissão, nos anos 30, aos moldes da doutrina católica, ainda se tem uma percepção do Serviço Social enquanto uma profissão de ajuda? E que tipo de ajuda é essa?

Esta pesquisa foi realizada com os Docentes da UFSC atendidos na Divisão de Serviço Social - Atenção ao Servidor (DiSS), tendo como intuito identificar o trabalho realizado pelo Serviço Social, assim como, analisar como percebem o trabalho realizado pelo Assistente Social.

Esses são alguns dos questionamentos que instigaram o desenvolvimento desse trabalho. Deste modo, adotamos como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, empírica, bibliográfica, documental, bem como, alicerçada a luz de uma concepção crítica e dialética, pautada no materialismo histórico.

---

<sup>1</sup> Iniciado o processo de estágio não-obrigatório no ano de 2008/1, dando continuidade nos semestres seguintes, configurando um período de quatro semestres de estágio na Divisão de Serviço Social – Atenção ao Servidor (DiSS)

Deste modo, esta monografia está dividida em três seções. Na primeira seção foi abordada a implantação das Universidades Federais no país, como se deu seu surgimento, bem como para quem se destinava e ainda se destina; dentro deste contexto histórico, situamos a institucionalização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como, as transformações no mundo do trabalho e como isso repercute no trabalho docente.

Na segunda seção, explanamos sobre o Serviço Social, desde o surgimento da profissão, na década de trinta aos dias atuais, com a proposta do projeto ético e político da profissão, bem como o Serviço Social na UFSC. Abordamos os três campos de atuação profissional do Serviço Social dentro da UFSC: PRAE, HU e DiSS. Contudo, enfatizamos a atuação profissional junto aos servidores da UFSC, ou seja, a Divisão de Serviço Social – Atenção ao Servidor (DiSS).

Na terceira seção, explicitamos de forma mais contundente o processo metodológico da pesquisa, o perfil dos docentes da UFSC atendidos pela DiSS, bem como, o perfil dos docentes participantes da pesquisa. Por fim, abordamos o processo de trabalho e realização profissional dos docentes e a representação dos docentes acerca do Serviço Social.

Por último, têm-se as considerações finais, que faz referência a visão que o usuário docente tem a respeito da profissão de Serviço Social, bem como, considerações a respeito do espaço de atuação profissional na DiSS.

Assim, espera-se contribuir com o desenvolvimento deste trabalho, para um olhar mais atento, dentre as múltiplas áreas de atuação do profissional de Serviço Social, bem como, romper com preconceitos existentes, como se o profissional de Serviço Social somente atuasse junto as classes menos favorecidas, desconsiderando que atuamos junto as múltiplas expressões da questão social, sendo as mesmas conseqüências da contradição entre Capital X Trabalho.

Espera-se ainda, contribuir com a instituição através de sugestões, voltadas para ações que venham fortalecer o trabalho realizado, junto aos seguimentos de atuação dentro da UFSC.

Por último, pretende-se contribuir com a formação acadêmica, no sentido de instigar a pesquisa e o pensar sobre a prática profissional, por meio da compreensão do usuário, sobre o trabalho realizado pelo Serviço Social, processo este que acreditamos, nos permitirá saber se estamos contribuindo com a emancipação dos

sujeitos, ou somente reproduzindo antigas concepções vinculadas a ajuda e a caridade.

## **2 O ENSINO SUPERIOR E OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE**

Esta seção trata da temática da educação superior no Brasil, da formação das Universidades Federais no País, mas, principalmente, da constituição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), assim como, do trabalho docente nas Instituições Ensino Superior.

Abordaremos de forma substancial estes assuntos, contudo, buscaremos tratar de forma mais contundente a categoria trabalho, suas múltiplas implicações na sociedade, nas relações sociais dos sujeitos e, entre sujeitos, assim como, as precarizações vivenciadas na atualidade e as implicações de tais fatores no trabalhador docente de ensino superior.

### **2.1 Contextualização do Sistema de Ensino Superior no Brasil do Século XX aos Dias Atuais**

A Universidade Brasileira se constituiu tardiamente, no início do século XX, embora houvesse Escolas de Ensino Superior antes desta data, estas não eram caracterizadas como Universidades e sim como institutos isolados e de natureza profissionalizante. Segundo Trindade (1999, p. 12), “No Brasil, a universidade se institucionaliza apenas no nosso século, embora tenha havido escolas e faculdades profissionais isoladas”.

No fim do século XIX e início do século XX, o Brasil que até então pautava sua economia no modelo agrário-exportador, assume o modelo urbano-industrial, principalmente a partir da década de 30, apoiado pelo modelo populista do governo Vargas. Neste período se tem um aumento da população urbana, principalmente através da migração da população do campo em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Foi criado também neste processo histórico o Ministério da Educação em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente.

Com a promulgação do decreto nº. 19.851 em 11 de Abril 1931 cria-se o Estatuto das Universidades Brasileiras, pois algumas já existiam, tais como, a Universidade Federal do Paraná criada em 1912, a Universidade Federal do Rio de Janeiro criada em 1920 e a Universidade Federal de Minas Gerais criada em 1927.

Contudo, a primeira Universidade a se adequar ao referido decreto federal, foi a Universidade de São Paulo (USP), criada em 25 de janeiro de 1934, apesar de ser uma universidade estadual, onde baseava-se em três vertentes, características da universidade moderna: ensino, pesquisa e extensão.

Apesar disto, a construção da política de educação nas Instituições Federais de Ensino Superior se dá historicamente através dos interesses das oligarquias vigentes no país, sem no entanto, criar reais condições para as mesmas, pois havia,

[...] de um lado, aceitação acrítica do modo como foram criadas para servir aos interesses e prestígio de oligarquias locais que as transformaram em cabides de empregos para clientes e parentes, não lhes dando condições materiais – bibliotecas, laboratórios, sistemas de bolsas e de auxílios – para funcionarem como verdadeiras Universidades, de outro, desconsideração por parte do Poder Executivo, das lutas das Universidades Federais para superarem essa origem e se transformar em Universidades propriamente ditas. (CHAUÍ, 2001, p.38)

Foi também neste processo de formação das Universidades que se fundou a União Nacional dos Estudantes (UNE), no I Congresso Nacional dos Estudantes, em 1937, desde então foi protagonista das principais lutas sociais do povo brasileiro, tendo em vista o posicionamento contrário ao Governo Populista de Vargas. Deste modo, não se pode pensar a Universidade de forma diferenciada da sociedade, bem como das implicações sociais vivenciadas pela mesma, pois é espaço de discussão e mobilização, sendo que;

a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras,



normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUI, 2003, p. 01).

Assim, nos alicerçamos em Chauí e Wanderley, para pensarmos a Universidade como espaço político, de transformação, podendo, contudo, ser utilizado tanto para a alienação como para a emancipação social, assim, temos a visão da função das Universidades enquanto local;

[...] privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. (WANDERLEY, 2003, p.11).

Com a deposição do presidente Vargas, em 1945, e o fim do Estado Novo, o país entra em nova fase de sua história. Inicia-se assim um movimento para repensar o que estava identificado com o regime autoritário até então vigente. No final dos anos 1940, como no início dos anos 50, começam a esboçar-se nas universidades algumas tentativas de luta por uma autonomia universitária, tanto externa como interna.

A partir da década de 50 acelera-se o ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico. Simultaneamente às várias transformações que ocorrem tanto no campo econômico quanto no sócio-cultural. Assim, a partir da década de 50 até a década de 70 criaram-se várias Universidades Federais no país, incluindo a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 18 de dezembro de 1960.

Neste período o Brasil vivencia um de seus momentos políticos mais conturbados e repressivos, quando, em 1964, o Regime Militar instaura um sistema ditatorial em todas as esferas, tanto social quanto política e institucional.

No final da década de 60 foi instaurado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior, de 1968 (Lei nº 5.540/68), tendo como proposta a Reforma Universitária, vale destacar que este processo não se deu de forma tranquila, tendo em vista o caráter autoritário imposto pelo governo para a elaboração da proposta. Ressalta-se que os estudantes queriam transformações políticas nacionais, incluindo a política de educação, de uma forma bem diferente da proposta pelos militares.

Quando se delinearam os princípios que deveriam presidir a modernização administrativa da universidade brasileira, na reforma pós-68, os critérios adotados foram os do espírito e dos métodos da empresa moderna. Dentre estes princípios racionalizadores, são de se salientar o da integração, quer das funções quer da estrutura, cujas conseqüências foram à necessidade do estabelecimento de uma administração central, assegurada pelos órgãos de uma administração superior, e a busca de uma organicidade das unidades universitárias, a partir do Departamento e seus vínculos com as unidades mais amplas; o da racionalização de recursos, que almejavam evitar a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, que ocorriam normalmente no passado, e que pretendia atender a demanda crescente de vagas; e que da flexibilidade de métodos e critérios, o que exigia uma administração ágil. (WANDERLEY, 2003, p. 61)

Deste modo, a Reforma Universitária dos militares, embora trouxesse mudanças na estrutura universitária, através da implantação dos departamentos, criação do sistema de créditos e de matrículas, institucionalização da pós-graduação, contratação da força de trabalho docente, expansão da rede universitária pública e privada, entre outros; também trouxe um elemento muito importante, o legado presente até os dias atuais, um acesso insuficiente a educação superior, fragmentação da mesma, bem como, do campo do saber.

Neste período foi instaurada a barbárie, através do Ato Institucional nº 5, ou AI-5, instrumento que deu amplos poderes aos militares, fortalecendo a “linha dura” utilizado pelos mesmos, para coibir de forma cada vez mais violenta os protestos, através de prisões, torturas e exílio. Isto teve uma representação muito forte nas universidades, tendo em vista, que muitos dos “revoltosos” que ainda ousavam se opor ao sistema eram estudantes universitários, bem como docente.

A iniciativa do governo militar de decretar a ordem no ambiente universitário (AI – 5; em Abril de 1969, seguido do decreto Lei nº 477/69, e do Ato Complementar nº 75 de 21/10/1969), foi a resposta oficial que o governo deu a grande reação estudantil que ocorria desde o início do período militar e se robusteceu no ano de 1969. O referido decreto tinha como objetivo banir o protesto estudantil e aumentar o controle político-ideológico sobre as universidades e outras instituições educacionais. Entra em vigor para ser aplicado aos professores, estudantes e funcionários das escolas. E o mencionado Ato da junta militar decretava o fim da carreira científica dos pesquisadores atingidos pelos Atos Institucionais, pois, os impediria não só de exercer a atividade docente nas universidades brasileiras, mas também o de realizar pesquisas em órgãos subvencionados, direta ou indiretamente pelo Estado (LIMA, 2006, p. 65).

Mesmo com a forte repressão da ditadura, na década de 70 houve a expansão das Universidades Federais bem como, do ensino privado. Esta explosão acontece em decorrência da concentração urbana e das exigências do mercado, onde cada vez mais busca-se trabalhadores “qualificados”, ou seja, uma melhor formação da mão-de-obra industrial e de serviços, favorecendo com isso a mercantilização da educação, propiciando a abertura de novos cursos, bem como a iniciativa privada, que se mantém até os dias atuais.

A passagem do regime militar para a abertura “democrática”, na década de 80, trouxe mudanças estruturais na política brasileira, onde ocorreram grandes manifestações pelas Diretas Já, contudo, o processo não aconteceu nesse momento. Através de eleições indiretas foram eleitos Tancredo Neves para Presidência e José Sarney para vice Presidência, contudo, Tancredo Neves não assume tal cargo, indo a óbito no dia 21 de abril de 1985.

Deste modo, José Sarney assume a Presidência do Brasil, em 15 de março de 1985 ficando no poder até 15 de março de 1990. Um dos marcos do governo Sarney, além dos planos econômicos, foi à convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988. O feito histórico que marcou o período Sarney não foi o seu conturbado governo, sim, a instalação da Assembléia Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1986, presidida pelo Deputado Ulysses Guimarães – PMDB. (LIMA, 2006, p. 46).

Apesar da proposta de democracia, tão disseminada neste momento, a Educação se manteve em uma perspectiva mercadológica, incentivada no período militar. A atual Constituição traz a Educação como direito de todos, dever do Estado e da família, contudo, livre à iniciativa privada. Com relação às universidades, traz a proposta de fortalecimento da integração entre ensino, pesquisa e extensão

Este processo se manteve através do governo Collor/Itamar, onde o ideário neoliberal foi colocado em prática, assim como, fortalecido, principalmente através das privatizações, assombrando os servidores públicos com a perda contínua de direitos, bem como a implantação de uma política de estagnação salarial, da diminuição dos postos de trabalho, da não realização de concursos públicos, além do incentivo a adesão ao plano de demissão voluntária (PDV).

Assim, pode-se descrever a chegada de Collor ao poder como um ataque as Universidades Federais, principalmente através do então Ministro da Educação José Goldenberg;

Que assume a pasta da Educação e de pronto atacou a universidade como improdutiva, superdimensionada e precocemente obsoleta, regendo-a sob o signo da escassez e da acelerada supressão de sua autonomia. Estas estratégias, a exemplo do governo anterior, só que de forma mais violenta, também foram implantadas nas principais frentes constitutivas da instituição: a da retenção das vagas de técnico-administrativos e docentes, que deixaram de ser supridas; a do arrocho salarial conseqüente humilhação profissional dos quadros efetivos; a da diminuição dos recursos para custeio e investimento; além da tentativa de extinção da CAPES e do INEP. (LIMA, 2006, p. 96)

Ao assumir o poder, após o impeachment do até então Presidente Collor, Itamar Franco mantém o sistema de governo nos mesmos moldes, favorecendo o capital e minimizando cada vez mais o Estado. Com relação a educação superior no país, houve um respiro, através da atuação no Ministério da Educação do educador Murílio de Avelar Hingel, bem como do Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz como Secretário da Educação Superior (SESu).

Um dos pontos principais foi a implantação de uma comissão para discutir e propor um programa de avaliação institucional, com a intenção de responder ao desmonte da educação superior, assim foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB); que tinha como proposta a discussão entre grupos que representavam a Educação brasileira.

A formulação dos objetivos e da metodologia do Programa ficou sob a coordenação do Departamento de Ensino Superior da SUSu e contou com a participação de especialistas indicados pelas entidades componentes dos diversos tipos de IES, a saber: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES - ; Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM -; Associação Brasileira de Escolas Católicas – ABESC -; Associação Nacional de Universidades Particulares – ANUP. Participaram, ainda, as representações de Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Planejamento e Administração e Extensão (LIMA, 2006, p. 98).

Foi também no governo de Itamar Franco que se colocou em prática o Plano Real, proposto pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), já iniciando neste processo a Reforma do Estado e da gestão pública dentro do ideário neoliberal, fato este que culminou com a candidatura de FHC a presidência do Brasil, vencendo as eleições por dois mandatos consecutivos, ficando no poder por oito anos, de 1995 a 2003.

Fernando Henrique Cardoso utilizou decretos como forma de governar no decorrer dos oito anos que se manteve no poder, muitos dos quais repercutiram na área da Educação, principalmente referente à avaliação institucional, o resultado se obteve através da Medida Provisória 1018 de 18/06/1995, que implantou o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido popularmente como Provão. Em 1996, por força de lei, o decreto nº 20.026/96 sacramentou o sistema de Avaliação das IES.

Segundo Sobrinho (1999, p. 68), um dos grandes problemas do sistema de avaliação é que:

Essas avaliações impostas pelos organismos externos às universidades requerem necessariamente a hierarquização, portanto, instauram um regime de acirrada competição entre as instituições. Ora, a competitividade é um valor mais relacionado ao setor privado, que o público. Submetendo-se ao regime de competitividade, as instituições públicas inclinam-se a favorecer a privatização de um capital público. Lançam no campo da competição dos interesses econômicos privados aquilo que é capital de uma nação, ou seja, a formação, a produção e a socialização dos conhecimentos e da cultura, o desenvolvimento da consciência social, a crítica e a construção da sociedade. A competitividade dominada pelos interesses econômicos exacerba o individualismo, corrói a subjetividade, ou seja, a afirmação dos indivíduos como sujeitos sociais, destrói o sentido da solidariedade e da comunidade, que são valores imprescindíveis à construção da esfera pública.

Deste modo, embora iniciado no governo Collor, a Reforma Universitária se concretizou no Governo FHC, através da Lei de Diretrizes de Base nº 9.394, de 20/12/1996, colocando em processo através da legislação, decretos e emendas, as exigências dos organismos internacionais, representados pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Este processo representou a maior mudança no sistema educacional desde a Reforma dos militares.

No processo de governança de FHC, a Educação Superior Pública foi fortemente atacada, houve o predomínio ao favorecimento do ensino privado, sendo pregado, principalmente através da mídia, a efetividade do ensino privado e os custos exacerbados com o ensino público, fortalecendo e pregando a “necessidade” de reduzir custos, favorecendo as privatizações, bem como a redução do Estado, ou seja, um estado mínimo para o social e máximo para o capital.

De acordo com Lima (*apud* LUCAS e LEHER, 2001, p. 259), isto ocorre,

Ao mesmo tempo em que o ensino superior público é exaurido de todos os valores necessários à sua manutenção, a oferta de vagas no ensino superior pelo setor privado é vigorosamente apoiada e

subsidiada pelo Poder Público, sem qualquer mecanismo de controle social. Trata-se, mais uma vez, de submissão a recomendações do Banco Mundial, cumpridas em grande número de países periféricos, com argumento de que a educação privada é mais barata, cabendo, fomentar-lhe o desenvolvimento, com imperativo de racionalidade econômica.

Contudo, o processo de Reforma Universitária, principalmente iniciado por FHC, não diminui no governo Lula. Representante de um ideário popular, ex-metalúrgico, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), que despertou de forma mais contundente o desejo de uma mudança governamental, onde as elites e grande parte de seus eleitores acreditava que o País iria mudar, contudo, não foi isso que ocorreu, houve sim uma continuidade, bem como, uma manutenção dos ditames neoliberais.

Pode-se destacar algumas alterações na política de educação superior brasileira implantadas por Luiz Inácio Lula da Silva, sendo elas: O Projeto de Reforma da Educação Superior, O Programa Universidade Para Todos (PROUNI), O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), As Fundações; As Leis de Inovação, As Parcerias Público-Privado (PPPs) e as ações de Expansão do Sistema Público de Ensino Superior por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) .

Dentro deste propósito foi implantado o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) , através decreto Nº 6.096, de 24 de Abril de 2007, sendo aprovado e aceito por todas as Universidades Federais Brasileiras:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Dentro da proposta de expansão universitária, através de múltiplos programas e propostas, foi lançado o decreto do REUNI, uma portaria normativa interministerial nº 22 de 30 de Abril de 2007, referente ao professor-equivalente, proposta esta que assegura autonomia aos IFES, para a realização de concursos públicos para reposição dos docentes que não fazem mais parte do quadro de servidores destas instituições.

Neste contexto, a Portaria Interministerial nº 22 MEC/MP, de 30 de abril de 2007, que institui o “banco de professores-equivalente”, como instrumento de gestão, cai como uma luva. Prevê-se a administração deste “banco” por parte das universidades federais, podendo estas realizar concursos para professor de 3º grau, condicionado à existência de cargo vago no seu quadro, e contratar professor substituto, dentro das hipóteses previstas por lei. O “banco” foi construído dando-se a cada docente, em exercício em 31/12/06, um peso diferenciado, segundo sua condição de trabalho. Assim, um docente em dedicação exclusiva vale um pouco mais do que 3 professores em regime de 20h; 4 docentes em 40h equivalem a 5 professores substitutos, todos também em regime de 40h ou a 10 professores substitutos em regime de 20h. Portanto, é previsível que o aceno, no art. 6º da Portaria 22, para “novas autorizações”, que precisarão ser obtidas por ato conjunto do MEC e do MPOG, para contratação de docentes, “correspondentes à expansão das universidades federais”, já expressas em professores – equivalente, a serem feitas “por acréscimo ao banco constituído na forma desta Portaria”, não resultará em números expressivos, já que o PAC limitou, por 10 anos, a expansão das folhas de pagamento a apenas 1,5% ao ano, o que corresponde aproximadamente ao crescimento vegetativo da despesa com pessoal (<http://www.andes.org.br/publicacoes>).

Tendo em vista que nos últimos governos não houve abertura de concursos públicos, o governo Lula implantou uma política de reestruturação nesta área, contudo, não resolve a discrepância existente nos muitos setores públicos. Pois, ao avaliarmos a proposta da portaria normativa referente à contratação de professor equivalente, pode-se verificar que, embora haja uma contratação através de concurso público para a carreira docente, isto não equivale à abertura de novos postos de trabalho, mais sim, a reposição da defasagem existente.

Dentro dos moldes referendados no texto foram criadas as Universidades Federais Brasileiras assim como, dentro deste contexto histórico, a Universidade Federal de Santa Catarina. Esta vivência a política de educação do presente governo, perdendo-se cada vez mais o principal sentido da universidade, que é ser uma instituição social, que deve contribuir para o desenvolvimento de toda a sociedade. Este contexto será explicitado a seguir.

## **2.2 A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: surgimento e expansão**

No ano de 1955 o governo do Estado de Santa Catarina destinou a 'Fazenda Modelo Assis Brasil', para a implantação da Universidade, localizada no bairro Trindade, no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, numa área de aproximadamente um milhão de metros quadrados.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criada através da lei Nº. 3849 de 18 de dezembro de 1960, assinada pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. Seu primeiro Reitor, o Professor João David Ferreira Lima, tomou posse em 25/10/1961, para administrar uma instituição que contava, então, com 847 alunos e 49 docentes provindos das faculdades isoladas que vieram integrar a UFSC. A Universidade inicialmente foi composta pelas Faculdades já existentes, são elas:

- Faculdade de Direito de Santa Catarina, federalizada pela Lei nº. 3.038, de 19 de dezembro de 1956;
- Faculdade de Medicina de Santa Catarina, autorizada pelo Decreto nº. 47.531, de 29 de dezembro de 1959, retificado pelo Decreto nº. 47.932, de 15 de março de 1960;
- Faculdade de Farmácia de Santa Catarina, reconhecida pelo Decreto nº. 30.234, de 04 de dezembro de 1951;
- Faculdade de Odontologia de Santa Catarina, reconhecida pelo Decreto nº. 30.234, de 04 de dezembro de 1951;
- Faculdade Catarinense de Filosofia, reconhecida pelos Decretos nº. 46.266, de 26 de junho de 1959 e Decreto nº. 47.672, de 19 de janeiro de 1960;
- Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina, reconhecida pelo Decreto nº. 37.994, de 28 de setembro de 1955;
- Escola de Engenharia Industrial, modalidades: Química, Mecânica e Metalurgia, autorizadas pela própria lei nº. 3.849/61;
- Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, na qualidade de agregada, autorizada pelo Decreto nº. 45.063, de 19 de dezembro de 1958.

Embora oficialmente se tenha criado a Universidade, seu espaço físico se constituiu em locais diferenciados, no centro da capital catarinense. Contudo, ainda na década de 60, tem início as obras para a construção do prédio da Reitoria, em



1966, do Restaurante Universitário, em 1969, assim como o estaqueamento do Hospital Universitário, em 1965.

Na década de 70 a UFSC passa por novas transformações, assim como o País, que vivencia um momento político e econômico conturbado, marcado pelo Regime Militar vigente naquele momento. Deste modo, podemos nos alicerçar na produção teórica de Chauí (2003), onde a autora destaca que, sendo expressão da sociedade brasileira, a universidade, embora pública e laica, não era democrática, mas reproduzia os privilégios e a hierarquia social.

A universidade funcional, dos anos 70, foi o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. Daí a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento. Essa universidade foi àquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho (CHAUÍ, 1999, p 220).

Foi também neste período, marcado pela implantação da Reforma Universitária (Lei Nº. 5540/68 de 28 de novembro de 1968), que extinguiu as faculdades e criou-se os centros e departamentos de ensino, unificando em um único local as antigas Faculdades, deste modo, iniciando a ocupação do Campus da Trindade, configurando o período de 1976 a 1980 pela expansão da estrutura física da UFSC.

A década seguinte é marcada pela abertura política, o país vivenciava a luta por liberdade e democracia, através dos movimentos sociais, greves e manifestações públicas de lutas. A UFSC também foi palco de manifestações, greves, movimentos reivindicatórios e políticos, pautada principalmente por intensas lutas de alunos, servidores e da comunidade junto às autoridades para a finalização das obras do HU, concluídas em maio de 1980.

Outro fator de suma importância foi à realização, em 1984, de eleições diretas para reitor da UFSC, fator este que findou com a eleição do Prof. Joaquim Pinto da Luz, que dirigiu a instituição até o ano de 1988.

Outra característica apresentada neste período é o fortalecimento das fundações que passam a vigorar na UFSC, e existentes até os dias atuais, são elas: FAPEU - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária; FEPESE - Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos; FEESC - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina; FUNJAB - Fundação José Arthur Boiteux; CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras<sup>2</sup>.

Estas fundações ocupam o espaço físico da UFSC, contudo, são instituições com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que oferecem apoio ao processo de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Favorecendo o fortalecimento de setores privados, pois:

O congelamento e/ou redução do orçamento das universidades públicas intensificam uma relação cada vez mais perversa entre o público e o privado. Assim, é preciso ressaltar que essas fundações se fortalecem na medida em que o Estado se descompromete com o financiamento da educação pública, transferindo à iniciativa privada o papel que tem deixado de cumprir ([www.andes.org.br/publicacoes](http://www.andes.org.br/publicacoes)).

Cabe ressaltar que este processo é amplamente fortalecido pela Reforma do Estado ao transformar a educação em uma mercadoria, fortalecendo a flexibilização universitária, bem como a crescente importância das fundações no cenário universitário.

A universidade de resultados, dos anos 80, foi aquela gestada pela etapa anterior, mas trazendo duas novidades. Em primeiro lugar, a expansão para o ensino superior da presença crescente das escolas privadas, encarregadas de continuar alimentando o sonho social da classe média; em segundo lugar, a introdução da idéia de parceria entre a universidade pública e as empresas privadas. Este segundo aspecto foi decisivo na medida que as empresas não só deveriam assegurar o emprego futuro aos profissionais universitários e estágios remunerados aos estudantes, como ainda financiar pesquisas diretamente ligadas a seus interesses. Eram os empregos e a utilidade imediata das pesquisas que garantiam à universidade sua apresentação pública como portadora de resultados (CHAUI, 1999, p 220).

Nos anos 90 a UFSC chega a marca de 90% de seus docentes com pós-graduação, também é iniciada a implantação do processo de Educação a Distância.

---

<sup>2</sup> Embora seu fortalecimento se dê no decorrer da década de 80 e 90, as fundações na UFSC se constituíram nos seguintes anos: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU, fundada em de 28 de setembro de 1977. Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio Econômicos - FEPESE, fundada em 26 de outubro de 1977. Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC) criada em 1966. Fundação José Arthur Boiteux, em 31 de maio de 1958. Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI, criada em 1984.

Segundo a Revista UFSC 45 anos<sup>3</sup>, neste período também amplia-se a graduação, colocando a universidade entre as dez melhores do Brasil.

A universidade operacional, dos anos 90, difere das formas anteriores. De fato, enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, e a universidade de resultados estava voltada para as empresas; a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Em outras palavras, a universidade está virada para dentro de si mesma, mas, isso não significa um retorno a si e sim, antes, uma perda de si mesma. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. (CHAUÍ, 1999, p.220).

Com as mudanças ocorridas nas condições de trabalho, a UFSC passa a ser regida pelo estatuto e regimento geral e seus servidores pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº. 8112/90). A UFSC é pessoa Jurídica de Direito Público, de natureza autárquica, especial para ensino, vinculada ao Ministério da Educação.

No ano de 1993 foi aprovada pela Assembléia Estatuinte a missão da UFSC, que é,

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (Missão aprovada pela Assembléia Estatuinte em 04/06/93).

Apesar da missão da UFSC trazer elementos numa perspectiva de criação de uma sociedade justa e democrática, neste momento histórico, se vivencia o fortalecimento da idéia de privatizações, criou-se assim momentos de instabilidade

---

<sup>3</sup> Vide: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Revista UFSC 45 anos. [www.ufsc.br](http://www.ufsc.br)

organizacional vinculada ao trabalho dentro desta instituição, bem como, em outras Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

Deste modo, para fortalecer o ideário das privatizações, foi adotado pelo governo a propaganda da necessidade de conter os gastos com serviços públicos, para tanto, seria necessário privatizar instituições públicas, vendendo a idéia de que o público não atende de forma eficiente as demandas. Nesta vertente, fortaleceu-se a expansão das Universidades particulares, onde a educação passou a ser um serviço e não um direito.

Ao se vincular a educação como uma mercadoria, não como um serviço exclusivo do Estado, mas que se consegue acessar no mercado privado, para quem tem condições econômicas para tanto, se tem uma transformação no papel da universidade. Segundo Chauí (2003), "a Reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social".

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada por sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas as idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interno e externo, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, função, ou seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial é, para a organização, um dado de fato (CHAUÍ, 2003, p. 2).

As mudanças ocorridas no país nas últimas décadas tanto política quanto economicamente, também afetaram as IES e a UFSC, que nesta esteira vem se reorganizando estruturalmente. Em 2008 houve novamente troca de reitor e a estrutura da UFSC sofreu nova alteração. Atualmente a estrutura administrativa é composta por Pró-reitorias, Secretarias, Centros de Ensino e unidades suplementares, como por exemplo, o Hospital Universitário, a Biblioteca Universitária e a Ouvidoria. Atualmente ela esta composta por três secretarias sendo elas: Secretaria de Cultura e Arte; Secretaria de Planejamento e Finanças; Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais.

Ao todo são seis Pró-Reitorias, sendo três as que visam atender o objetivo fim da Instituição, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão, são elas:

- **Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE);**
- **Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG);**
- **Pró-Reitoria de Graduação (PREG).**

As demais Pró-Reitorias visam o objetivo meio da Instituição, são elas:

- **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE);**
- **Pró-Reitoria de Infra-Estrutura (PROINFRA);**
- **Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRDHS).**

A UFSC conta ainda com 11 Centros de Ensino, são eles: Centro de Ciências da Educação - (CED); Centro de Filosofia e Ciências Humanas - (CFH); Centro de Ciências Agrárias - (CCA); Centro Sócio-Econômico - (CSE); Centro de Ciências Jurídicas - (CCJ); Centro Tecnológico - (CTC); Centro de Ciências Físicas e Matemáticas - (CFM); Centro de Ciências da Saúde - (CCS); Centro de Comunicação e Expressão - (CCE); Centro de Ciências Biológicas - (CCB); Centro de Desportos - (CDS).

Também existem os conselhos deliberativos, dentre eles, o mais importante é o Conselho Universitário (CUN) com representação dos Diretores de Centros e dos servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes. Além dos órgãos administrativos responsáveis pela sua funcionalidade, há no Campus um Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI, que atende crianças de 3 meses a 6 anos de idade, o Colégio Aplicação de Ensino Fundamental e Ensino Médio, assim como, órgãos de prestação de serviços, como agência bancária, livrarias, farmácia, correio, bares, restaurantes, entre outros.

Atualmente a UFSC, assim como, várias Instituições de Ensino Superior do país vem colocando em prática a proposta de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que visa o acesso e a permanência do aluno na graduação, assim como, aproveitar a estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

A UFSC contava em 2008, com 65 cursos de graduação, para 2009 contará com 70 cursos. A Instituição vem ampliando sua atuação também na pós-graduação; são 54 opções de mestrado e 38 de doutorado.

Como proposto pelo REUNI, a UFSC vem nos últimos anos ampliando o número de cursos de graduação e, para possibilitar a implantação dos mesmos, está sendo utilizado o espaço físico já existente, embora esteja acontecendo, algumas

construções para “abrigar” essas novas demandas. De acordo com o Ministério da Educação (2008), o Reuni tem como principais objetivos:

- Criar condições (aporte de recursos) para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior;
- Aumentar a qualidade do ensino por meio da inovação e adequação acadêmicas com a articulação entre graduação, pós-graduação e educação básica, profissional e tecnológica;
- Melhorar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura física das universidades federais;
- Elevar, de forma gradual, a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e atingir a taxa da relação aluno/professor em cursos presenciais de graduação igual a 18;
- Aumentar em 20%, pelo menos, as matrículas nos cursos de graduação;
- Prazo de cinco anos, a contar do início de cada plano, para o cumprimento das metas estabelecidas pelas instituições federais de ensino superior.

Ressalta-se que, embora tenha havido concursos públicos nestes últimos anos para os cargos de técnico-administrativo e docentes, estas contratações não repõem de forma efetiva as necessidades existentes de recursos humanos. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES - publicou em nota seu repúdio a proposta do REUNI, onde caracterizam de forma contundente algumas das ações do programa:

As últimas ações governamentais, dentro do fartamente propagandeado Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE inserem-se entre as medidas consistentes com o papel que se pretende atribuir às universidades. O Programa REUNI é uma ação de coerção, que precisa ser entendida na correta dimensão da ameaça que configura, pois pode resultar no redesenho completo da função das universidades públicas federais. Acenando com verbas que não ultrapassam 10% a 20% do que atualmente é destinado às IFES, esse Programa pretende induzir os órgãos superiores das instituições a se comprometerem com expansões da ordem de 100%, no número de ingressantes, e de 200%, no das matrículas ([www.andes.org.br/publicacoes](http://www.andes.org.br/publicacoes)).

Dentro dessa perspectiva, recentemente, foram criados três novos pólos universitários sob responsabilidade administrativa da UFSC que são os campi de Curitibanos, Joinvile e Araranguá, os mesmos já estão realizando concurso público para contratação de servidores técnico-administrativos e docentes e o vestibular suplementar, foi realizado em julho deste ano. Também está sendo criada a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a segunda Universidade Federal

Pública do Estado, que terá cinco campi, sendo dois no Paraná, dois no Rio Grande do Sul e um em Santa Catarina, tal universidade também está sob a tutela temporária da UFSC.

Com a publicação da Lei nº 11.892 em 30 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir de então, os Colégios Agrícolas de Camboriú e Senador Carlos Gomes de Oliveira (Araquari) se desvincularam da UFSC e passaram a integrar o Instituto Federal Catarinense.

Através da política adotada, pode-se constatar que as relações de trabalho estão sofrendo profundas transformações, principalmente nas últimas décadas, percebe-se que, ao propor a Reforma Universitária, também está se propondo a flexibilização não só da educação, mais de forma contundente das relações de trabalho, onde os servidores técnico-administrativos e os docentes passam a ser polivalentes, pois deverão suprir as necessidades impostas pela abertura de novas vagas nos cursos de graduação.

Nesta perspectiva, salientaremos o trabalho docente, principalmente os da UFSC, no processo de expansão da universidade, bem como, nas condições de trabalho deste profissional, pois, uma das expressões mais marcantes da reconfiguração da universidade é a ressignificação (melhor seria falar em desconfiguração) do trabalho docente. Tema este que será abordado a seguir.

### **2.3 Os desafios do trabalho docente na atualidade**

Profundas transformações ocorreram no mundo do trabalho, principalmente no século XX, período que surge de forma mais forte a industrialização no Brasil, que passa de um sistema agroexportador para um processo incipiente de industrialização, possibilitando, deste modo, atender as necessidades do sistema capitalista.

Para Marx (1980, p. 202), o trabalho é um processo onde participam o homem e a natureza “O trabalho é a essência do homem, pois é o meio pelo qual ele se relaciona com a natureza e a transforma em valores de uso”. Trabalho é a atividade humana que realiza o intercâmbio do homem com a natureza e, que assim fazendo, produz o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Com

a divisão social do trabalho surge a propriedade privada gerando repartição desigual do trabalho e de seus produtos.

Na sociedade capitalista o trabalho assalariado é a fonte de lucro do capitalista, é a origem da mais-valia. O trabalho assalariado abstrai todas as diferenças entre as atividades humanas (trabalho concreto), identificando-as apenas como fonte de mais-valia, denominando-se de trabalho abstrato.

Neste processo de exploração da mais-valia, podemos destacar como um dos mais importantes processos para o capital, o modo de produção denominado de Fordismo. Este modo de produção constituiu-se, principalmente, na produção em massa, assim como, consumo em massa, regulamentando a vida do trabalhador, seus hábitos, sua família, ou seja, exercendo um controle social, entendido neste momento como controle das condições físicas e mentais do trabalhador.

Segundo Harvey, este modo de produção teve um longo período de expansão que:

[...] se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordismo-keynesiano (HARVEY, 2005, p. 119).

Com o declínio do modo de produção Fordista a partir de 1973, passou-se ao modelo de acumulação flexível, que assume a forma de produção flexível, segundo Antunes (2005, p. 52), "é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação", cuja finalidade é a intensificação da exploração da força do trabalho. Tais acontecimentos históricos refletem mudanças no mundo do trabalho, e nos fazem pensar o que é o trabalho.

Portanto, cabe ressaltar que nas últimas décadas a sociedade contemporânea passa por profundas transformações, em virtude, sobretudo, da grande crise estrutural do capital e seu sistema de produção, eclodida no final da década de 1970, e a partir das respostas que lhes são dadas: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível (SILVA, 2007, p. 89)

Parafraseando Yamamoto (2006), a sociedade capitalista traz a contradição capital x trabalho a qual gera a questão social, sendo que, entende-se questão social como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista.



A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre o aspecto que torna o trabalho amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. Essa contradição gera, entre as diversas formas de expressões da questão social uma das que mais aflige o homem, o desemprego.

Com a reestruturação produtiva, a precarização do trabalho, e as terceirizações de serviços, as quais tiveram início na década de 90 no Brasil, passou-se a exigir uma maior especialização do trabalhador. O trabalhador atual precisa ter várias qualificações. Percebe-se então que só a força física do trabalhador não é suficiente para garantir emprego, e as dificuldades postas à classe trabalhadora são muitas, entre elas a ansiedade causada pelo desemprego e pela insegurança devido a instabilidade no emprego.

Sendo assim, a década de 90 representou um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que trouxe um processo singular de conquistas democráticas, com o término da ditadura militar e a consolidação da Constituição Federal de 1988, também trouxe um processo muito forte de globalização, a entrada das políticas neoliberais e o desmonte dos direitos sociais. Segundo Faleiros (1999), neste processo de globalização a construção da cidadania torna-se cada vez mais difícil e o indivíduo cada vez mais competitivo no mercado de trabalho e com redução expansiva na efetivação dos direitos já conquistados.

Neste contexto de globalização e competitividade é que estão inseridos os trabalhadores docentes, pode-se pensar nesta profissão referendando o que diz Gramsci a respeito do Intelectual Tradicional, "sobreviveram ao desaparecimento do modo de produção anterior e que não se acham atualmente ligados organicamente a nenhuma das classes fundamentais" (SIMIONATTO, 2004, p. 53). Assim, o professor universitário, é um exemplo de intelectual tradicional, vinculado a um aparelho de hegemonia que não 'é ligado necessariamente a uma classe social'.

Embora não façam parte de uma classe social que não tem acesso à educação, a saúde, ao lazer, ao emprego, a habitação, entre outros, encontram-se inseridos em um processo de adoecimento e de necessidades inerentes à reprodução e produção da vida em sociedade, fatores estes que serão discutidos a seguir.

A docência já foi vista como função de alto valor social, valorizada por todos os cidadãos e assumida pela sociedade como uma atividade pública. Na atual

conjuntura este status se modificou significativamente, principalmente com o predomínio e expansão das relações capitalistas no setor da educação, as relações se dão de forma mais fragmentadas e competitivas, perdendo seu sentido social de educar.

Isso se caracteriza, pois:

[...] modificou-se o status social do professor. Ainda nos anos quarenta e cinquenta se atribuía tanto ao mestre, e muito mais ao professor de bacharelado com título universitário, um status social e cultural elevado. Estimava-se neles, [...] seu saber, abnegação e vocação. Não obstante, no momento atual, nossa sociedade tende a estabelecer o status social com base no nível de renda salarial. (ESTEVE, 1999, p. 34)

Assim, a educação tem sido utilizada pela burguesia de forma ideológica, para justificar diferenças individuais de capacidade de trabalho, de renda e de mobilidade social. Nesta perspectiva, palavras como produtividade, eficiência, gerência, clientes, gestão por metas, entre outras, fazem cada vez mais parte dos planos e projetos pedagógicos, dentro de uma rede que favorece e fortalece a reprodução do capitalismo flexível, afetando a escola, a universidade, seus alunos e docentes.

Dentro das transformações ocorridas, principalmente nas últimas décadas, no modo de produção capitalista, com a flexibilização do capital, bem como, nas relações de trabalho, repercutindo em todos os setores da produção, se produziu efeitos também refletidos nas relações de trabalho dos docentes nas universidades.

Trata-se de aumentar o trabalho docente em produtividade, intensidade e qualidade, assegurado através da proposta do REUNI, que propõe a expansão de vagas, o aumento da relação professor – aluno e a elevação para 90% do índice de conclusão dos cursos, sem o correspondente aumento de recursos financeiros e humanos.

Assim, ocorre que a dinâmica da precarização, que passa pela intensificação do ritmo do trabalho em paralelo ao achatamento e perdas salariais, de captura da subjetividade do trabalhador e de retirada de direitos, alcança todo o conjunto da classe trabalhadora. E na atualidade as determinações objetivas e subjetivas do processo de trabalho capitalista interferem na precarização da atividade docente, particularmente nas universidades públicas (CUNHA, 2009, p. 2)

No âmbito do trabalho docente, geralmente com jornada de 40 horas, com dedicação exclusiva, se concretiza a idéia de que os docentes deveriam ser “mais

produtivos”, através das aulas, das orientações, das publicações, dos projetos de extensão, das pesquisas, entre outras atividades realizadas.

Deste modo, a precarização do trabalho docente vem sendo fortalecida por políticas reducionistas, tendo em vista que, na atualidade, a concorrência, a competitividade é altamente instigada na docência, através da política das agências de fomento.

Assim, a constante pressão sofrida pelos mesmos, através da cobrança exercida, tanto institucionalmente, quanto socialmente, para a produção e a pesquisa, produz a valorização por mérito e competência que se alastra pelo universo acadêmico, sendo a competição uma prática bastante comum na condução de todo esse processo.

A supervalorização do trabalho, como uma ferramenta para o alcance do sucesso, exige do docente a busca por níveis cada vez mais elevados de qualificação, bem como a constante necessidade de atualização de seu Currículo Lattes, pois, seu sucesso profissional, bem como sua capacidade é medido através do mesmo. Assim:

Vale acrescentar que o trabalho docente se realiza predominantemente na ausência de condições materiais adequadas, ou seja, na universidade, o trabalho em grupo, transforma-se em um instrumento de potencialização da competitividade e de enfraquecimento de uma possível solidariedade de classe, além do mais transforma a produção do conhecimento em uma linha de produção, onde a qualidade perde espaço para a quantidade, criando as condições objetivas para o aprofundamento da nova hegemonia do capital na universidade pública (CUNHA, 2009, p. 10).

O docente além de viver essa busca de reconhecimento - que em muitos casos leva ao adoecimento, em uma sociedade essencialmente competitiva e que não favorece as relações sociais - se vê, em muitos momentos com dificuldades para ministrar aulas, trabalhar coletivamente e relacionar-se com o outro. Fica claro que essa corrida individual suscita uma enorme carga de culpa quando o indivíduo não tem suas expectativas atendidas. Assim:

O trabalho como construtor de identidade e inclusão social atua sobre o indivíduo interferindo na sua vida como um todo, inclusive na relação saúde-doença, contribuindo, em alguns casos, para o aparecimento de problemas físicos ou psíquicos. Ao se analisar o trabalho, pode-se verificar que a multiplicidade de fatores objetivos e subjetivos que atuam na relação trabalho-trabalhador podem vir a desencadear ou determinar adoecimentos (VASQUES-MENEZES, 2004, p.32)

Para isso, em muitos casos os docentes deixam sua vida pessoal em segundo plano, ou melhor, colocam o trabalho como prioridade e outras esferas da vida, como a família e as relações sociais, em planos secundários. A docência, para muitos, requer um trabalho extra sem limites, que, disputando espaços da vida pessoal e familiar, produz implicações de diversas ordens, principalmente através de processos de adoecimento freqüentes. Desse modo, ao mudar as formas institucionais do trabalho, também força-se a mudança da rotina do trabalho docente, sem priorizar as necessidades sociais dos mesmos, suas relações com o meio em que vivem.

Deste modo, o enfrentamento dos múltiplos desafios impostos ao trabalho docente, exige superar as dificuldades presentes neste processo de precarização do trabalho. Além das exigências sobre os docentes, por meio da reprodução do sistema vigente, torna-se cada vez mais difícil a tarefa de transcender o produtivismo, refletindo nas formas de precarização do trabalho em geral e entre eles o trabalho docente.

Este processo de precarização e conseqüentemente de adoecimento, ocasionou a procura deste trabalhador pelo Serviço Social. Este trabalho de atendimento ao trabalhador docente, bem como, o Serviço Social, serão abordados nas próximas seções.

### **3 ESPAÇOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA UFSC**

Nesta seção será contextualizado o Serviço Social brasileiro, desde seu surgimento na década de 30, até os dias atuais, enfocando a proposta do projeto ético-político da profissão. Assim como, a institucionalização do Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, em três áreas de atuação distintas, sendo elas, Coordenadoria de Serviço Social Atendimento ao Estudante, Serviço Social no Hospital Universitário e Serviço Social Atenção ao Servidor.

Neste processo, descrevemos, de forma sucinta, a atuação do Serviço Social da UFSC junto ao público atendido pelo mesmo, suas propostas, ações e desafios, contudo, será abordado de forma mais ampla o trabalho desenvolvido na Divisão de Serviço Social - Atenção ao Servidor da UFSC.

#### **3.1 Contextualização do Serviço Social Brasileiro**

No fim do século XIX e início do século XX, o Brasil, que até então pautava sua economia no modelo agrário-exportador, assume o modelo urbano-industrial, principalmente a partir da década de 30, apoiado pelo modelo populista do governo Vargas. Neste período se tem um aumento da população urbana, principalmente através da migração da população do campo em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Com as mudanças de um modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial, além da consolidação do capitalismo monopolista, se tem um agravamento da questão social, associado a este contexto surge o Serviço Social.

O Serviço Social brasileiro surge na década de 30, se desenvolve nos marcos do pensamento conservador da doutrina social da Igreja Católica, tendo como principal ação profissional as questões operárias, a saúde, a habitação, o disciplinamento dos trabalhadores, a dominação política e ideológica para melhor adequar o proletariado à indústria, que se favorece no período.

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos

são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 1997, p.20).

Nas décadas de 40 e 50 não se tem uma transformação consistente da profissão, continua a se pautar no pensamento conservador da doutrina social da Igreja Católica, tendo sua ação profissional a inserção dos métodos de Serviço Social de caso, grupo e comunidade. É importante salientar que neste momento ainda se apresenta como principal foco a intervenção na família, através de trabalhos educativos, principalmente com as famílias operárias mais empobrecidas, que acessam os benefícios sócio-assistenciais. O trabalho tinha o intuito de ajustar a família dentro da 'normalidade' pregada a época, assim como, informar aos organismos institucionais a atitude tomada em cada caso e as medidas adotadas como forma de controle do indivíduo.

É dentro da perspectiva de atuação junto aos organismos institucionais que o Serviço Social se profissionaliza, pois;

O processo de profissionalização e legitimação da profissão encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que surgem especialmente na década de 40 (IAMAMOTO, 1997, p.30).

O processo de questionamento e contestação da prática vigente se deu em uma conjuntura marcada pela efervescência política, caracterizada pela radicalização do processo político, já que, estudantes, organizações populares e trabalhadores ganharam espaço no cenário político brasileiro, preocupando a classe dominante, como empresários, banqueiros, a Igreja Católica e militares.

É neste processo que ocorrem fatores de fundamental relevância para o Serviço Social, pois há a ampliação e a modernização da profissão, assim como, das escolas de Serviço Social, onde se tem uma politização dos setores, que passam a influenciar a maioria dos Assistentes Sociais. Outro fator é a tomada do poder político pelos militares, ou seja, o Golpe Militar de 64, que se constitui até a segunda metade dos anos 80.

O Golpe Militar teve forte influência no processo de renovação do Serviço Social, que ocorrem em três momentos, com três perspectivas, sendo elas: Modernizadora, Renovação do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.

A perspectiva Modernizadora busca um avanço teórico para a profissão, assim como, a ação profissional voltada para os níveis micro e macro, adequação das práticas profissionais às novas demandas do desenvolvimento e aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo. O Serviço Social tinha como uma de suas principais preocupações responder as problemáticas sociais a partir das expressões da questão social, além da inserção dos profissionais no planejamento e administração das políticas sociais.

O período de 1967 a 1972 foi de grande importância para o Serviço Social, pois, foi durante este período que são elaborados os documentos de Araxá e Teresópolis, ambos dentro da perspectiva modernizadora. O documento de Araxá surge do primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social, em 1967, tendo como proposta a crítica ao conservadorismo, busca da integração social e orientação teórica pautada no funcionalismo. O documento de Teresópolis surge do segundo Seminário de Teorização do Serviço Social, em 1970, tendo como proposta a ampliação do debate a respeito da metodologia de ação e investigação, maior racionalidade na ação profissional pautado na eficiência e eficácia e a continuidade do referencial teórico funcionalista.

José Paulo Netto (1991) avaliou a fase da seguinte forma:

As formulações registradas nos documentos de Araxá e Teresópolis, marcos canônicos da perspectiva modernizadora do Serviço Social em nosso país, simultaneamente configuram a sincronização da (auto) representação profissional ao projeto e à realidade global da "modernização conservadora" que o Estado ditatorial levava a cabo e contribuíram, no plano específico do universo profissional, para o seu processo renovador, intervindo no sentido de girar a face intelectual e operativa do assistente social, balizando novas exigências e condições para a sua reprodução enquanto categoria e para o seu exercício enquanto técnico assalariado (NETTO, 1991, p.193).

O movimento de Renovação do Conservadorismo, para Netto (1991), iniciou-se nos anos 70, principalmente com o Seminário de Sumaré, realizado no ano de 1978, no Rio de Janeiro e o Seminário do Alto da Boa Vista, realizado em 1984, também no Rio de Janeiro.

O Seminário de Sumaré apresentou três temas básicos, a Relação do Serviço Social com a Cientificidade, Fenomenologia e Marxismo, tendo como objetivo situar o Serviço Social no debate contemporâneo. Sendo dividido em dois núcleos, a restauração do conservadorismo (Fenomenologia) e a defesa da profissão na

perspectiva da crítica ao sistema capitalista (Marxista), ou seja, convergência de propostas distintas entre estrutural-funcionalista e método crítico dialético.

A intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional teve seu primeiro momento com o Método BH, onde foi realizada a primeira produção metodológica do Serviço Social pautada no referencial marxista. Definido a partir da historicidade da prática social, relação entre classes sociais, não mais com o indivíduo; relação entre objeto e objetivo profissional.

Outro momento de intenção de ruptura se dá através da proposta de Marilda Yamamoto, tendo como fundamentação teórica Marx e Gramsci. As principais categorias utilizadas pelo Serviço Social são; trabalho, alienação, mercadoria, divisão social do trabalho, entre outras, tendo como orientação o método crítico dialético de Marx.

Esta percepção crítica se fortaleceu no Brasil e na América Latina, principalmente na década de 70, contudo, foi a partir da década de 80, com a exigência de mudanças, sociais e políticas, que o Serviço Social se fortalece com uma proposta de novas alternativas estruturais para a sociedade brasileira.

Estes esforços, contudo, não emergem unicamente através do Serviço Social, pois neste momento histórico o Brasil passa por uma efervescência dos movimentos organizados da sociedade, que vem se expressando contra a dominação da burguesia.

Esse esforço ocorre articulado com um amplo processo organizativo da sociedade, expresso por um movimento que vem se impondo como imperativo da realidade de profundas desigualdades sociais, de opressão e exploração da grande maioria da população, pelas oligarquias, latifundiário e burguesia nacional, aliada ao capital estrangeiro, e que é produto de uma longa história de dominação no Brasil, aprofundada ao longo dos vinte e um anos do arbítrio do governo militar (1964-1985) com seu modelo de desenvolvimento baseado na Doutrina de Segurança Nacional (SILVA E SILVA, 1994, p. 96).

Com a participação de vários segmentos da sociedade, fortalecendo as mudanças necessárias ao país, principalmente no aspecto político, com o fim da ditadura, sendo que a última eleição indireta para presidente no país aconteceu ainda na década de 80, momento recente da nossa história. Nesse processo de redemocratização do país se convocou a Assembléia Nacional Constituinte.

A luta por mudanças políticas também envolve o conjunto de profissionais do Serviço Social, que desde os anos 70, precisamente no final desta década, vem



construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras, confirmado através do projeto ético-político da profissão, pois segundo Netto;

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitou o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. É desnecessário dizer que esta repercussão não foi idílica: envolveu fortes polêmicas e diferenciações no corpo profissional – o que, por outra parte, é uma saudável implicação da luta de idéias (NETTO, 1999, p. 11).

Para darmos continuidade às discussões emergentes nos últimos anos, como resultado, temos a elaboração do projeto ético-político do Serviço Social, que tem como um dos principais fundamentos a transformação social, assim como, o código de ética profissional, que apresenta claramente em seus princípios fundamentais a delimitação do dever ser do profissional, pois:

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente *democrático* – considerada a *democratização* como *socialização da participação política* e *socialização da riqueza socialmente produzida* (NETTO, 1999, p.16).

Desta forma, ao propormos uma ruptura do Serviço Social com o conservadorismo presente na profissão, através de um projeto ético-político pautado na mudança societária, também se pressupõe a construção da auto-imagem profissional renovada. Assim, busca-se romper com a imagem de uma profissão voltada para a caridade, ajuda e assistencialismo, para uma imagem fortemente vinculada ao acesso de direitos, cuja principal característica é a vinculação aos interesses e demandas dos trabalhadores.

Entretanto, o fato dessa auto-imagem, visível no projeto profissional, que atualmente norteia a profissão, apresentar-se hegemonicamente entre suas entidades, não significa que tenha eliminado os traços

daquela imagem socialmente consolidada. Há, na verdade, uma *tensão* entre os traços tradicionais, que conformaram historicamente a imagem da profissão desde sua emergência na divisão social e técnica do trabalho; e outros, novos, emergentes do salto qualitativo experimentado pelo Serviço Social nas últimas décadas, os quais convivem dialeticamente. Esta tensão, marcada por continuidades e rupturas, atravessa a imagem da profissão configurando-a, enquanto uma totalidade constituída dialeticamente por uma dupla face: a *imagem social* e a *auto-imagem profissional*, diversos lados da mesma unidade: a imagem da profissão (ORTIZ, 2006, p.209)

As mudanças propostas na profissão através do fortalecimento da categoria profissional e, principalmente, entre suas entidades, além do fortalecimento da imagem da profissão, está atrelada e formalmente comprometida com os interesses da população brasileira e mais especificamente com a luta pela garantia de direitos.

Deste modo, destacamos as profundas transformações ocorridas até o momento, no processo de institucionalização do Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina.

### **3.2 O Serviço Social na UFSC**

O Serviço Social na UFSC, enquanto atendimento, vincula-se a um processo histórico de estruturação física da Universidade, onde nasce inicialmente o Serviço Social para atender as demandas dos acadêmicos no início dos anos 70. Atualmente nomeado de Coordenadoria de Serviço Social Atendimento ao Estudante, vinculado a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. Nos anos 80 foram institucionalizados mais dois campos de atuação do Serviço Social na UFSC, o Hospital Universitário, para atender as necessidades dos usuários internados no local, bem como, o Serviço Social para atender aos servidores técnico-administrativo e docente da UFSC.

Os profissionais de Serviço Social da UFSC têm como atribuição: prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Deste modo, é possível verificar que o atendimento realizado pelo Serviço Social da UFSC, embora tenha características e ações distintas, atende a um público delimitado, sendo acadêmicos, pacientes internos ao HU e servidores. Tais características serão explicitadas de forma concisa a seguir.

### 3.2.1 Coordenadoria de Serviço Social de Atendimento ao Estudante

O Serviço Social, foi implantado na UFSC em 1970, quando iniciou a descentralização na administração superior da UFSC, o então Reitor David Ferreira Lima nomeou, pela Portaria nº 159/69, o Prof. Aníbal Nunes Pires, como executor, para implantar a Sub-Reitoria de Assistência e Orientação aos Estudantes, tendo como objetivo atender aos alunos aqui inseridos, com o propósito dos mesmos se manterem na Universidade. A atuação do Serviço Social consistia basicamente, na realização de estudos sócio-econômicos para a concessão de bolsas a estudantes com dificuldades financeiras.

Na década de 80 a UFSC passa por reestruturação, assim, a Sub-Reitoria de Assistência e Orientação aos Estudantes passa a ser a Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária – PRAC, onde o Serviço Social, além de atender aos estudantes, passa a atender os servidores técnico-administrativos e docentes.

No ano de 2004, com a nova mudança de Reitor, a UFSC passa novamente por uma reestruturação, a PRAC é subdividida em Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social – PRDHS.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis passou então a atender exclusivamente aos acadêmicos, através da Coordenadoria de Serviço Social de Atendimento ao Estudante, na atualidade a equipe é composta por cinco Assistentes Sociais e uma psicóloga.

A PRAE, bem como o Serviço Social vinculado a esta Pró-Reitoria tem como missão:

Desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas, direcionadas para o acesso, para a permanência e para a conclusão de discentes matriculados nos cursos de graduação presencial da UFSC, em articulação com as demais estruturas universitárias ([WWW.prae.ufsc.br](http://WWW.prae.ufsc.br))

Embora o Serviço Social de atenção aos estudantes tenha passado por várias transformações estruturais no decorrer das últimas décadas, seu objetivo se manteve o mesmo, ou seja, a permanência do aluno na Universidade.

### 3.2.2 O Serviço Social no Hospital Universitário

Com a inauguração do Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago (HU/UFSC), em maio de 1980, há também a inserção do profissional de Serviço Social neste espaço. Atualmente o corpo clínico do HU é constituído de vários profissionais da área da saúde, médicos e demais profissionais da Enfermagem, Farmácia e Bioquímica, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Engenharia Biomédica e Serviço Social.

O Hospital Universitário tem como missão: preservar e manter a vida, promovendo a saúde, formando profissionais, produzindo e socializando conhecimentos, com ética e responsabilidade social. Nesta perspectiva, o HU vem consolidando seus atendimentos através do Sistema Único de Saúde, sendo o único hospital totalmente do SUS no Estado. O Serviço Social do HU tem como compromisso a defesa do SUS, fortalecendo o direito universal à saúde.

Trabalhando em uma perspectiva sócio-assistencial, que corresponde a ações voltadas ao usuário enquanto sujeito de direito. Os processos sócio-assistenciais são divididos nas seguintes ações:

- Ações periciais; são definidas como ações que têm por objetivo elaborar parecer social ou pareceres técnicos com a finalidade de subsidiar a decisão de determinados órgãos ou profissionais para concessão de equipamentos, benefícios, prestação de serviços e também, processos de referência e contra-referência;
- Ações sócio-emergenciais; são ações desenvolvidas no sentido de atender às demandas que se revestem por um caráter de emergências que estão, por sua vez, relacionadas às necessidades básicas e de urgência dos usuários e de suas famílias;
- Ações sócio-terapêuticas; são aquelas ações desenvolvidas diante de situações de sofrimento individual e/ou grupal de vidas pelos usuários e/ou familiares, particularmente em momentos críticos (morte, recebimento de diagnósticos, acidentes);
- Ações sócio-educativas; consistem em um movimento de reflexão entre profissionais e usuários que através de informação e do diálogo, buscam alternativas e resolutividade para a demanda/necessidade do usuário através da informação, do diálogo e da reflexão entre profissional e usuários. (NOGUEIRA E MIOTO, 2006, p. 13)

Através das ações propostas dentro da perspectiva sócio-assistencial, o Serviço Social do HU tem o fortalecimento de sua missão que é:

Desenvolver ações profissionais em Serviço Social, promovendo o protagonismo individual e coletivo no exercício, defesa e ampliação da cidadania. Atuar sob os valores do projeto ético-político do assistente social, realizando ações profissionais de assistência, ensino e pesquisa em saúde com qualidade. Contribuir para o processo de construção de um espaço interdisciplinar para formação crítica, sólida e com competência  
([www.hu.ufsc.br/~ssocial/index.html](http://www.hu.ufsc.br/~ssocial/index.html))

Favorecendo a implantação de espaços interdisciplinares, que propicia ao HU grande força e prestígio social e comunitário, o Serviço Social atua junto aos pacientes e seus familiares, desenvolvendo uma atuação voltada ao acolhimento, que possibilita ao Assistente Social fazer uma leitura da realidade social vivenciada pelo usuário, bem como propiciar uma relação de respeito entre os sujeitos, ou seja, profissional e usuário.

O Serviço Social do HU também se depara com desafios constantes, pois trabalha com os princípios do SUS, que são: integralidade, equidade e universalidade, em um espaço que vem sofrendo constantes ataques e ameaças do governo para transformar os HUs das universidades federais em fundações estatais de direito privado.

Assim, o Serviço Social do HU, conta atualmente com nove profissionais, que vem atuando nesses quase trinta anos, através de um trabalho voltado para o fortalecimento das relações com os usuários, em uma perspectiva que garanta o acesso a direitos, superando a concepção de ajuda e favorecendo uma ação profissional qualificada e ética.

### 3.2.3 O Serviço Social Atenção ao Servidor

A década de 80 propiciou, além da institucionalização do Serviço Social do HU, a criação de mais um local de atuação do Serviço Social na UFSC, sendo implantada a Divisão de Serviço Social – Atenção ao Servidor (DiSS), em 1984,

junto a Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária – PRAC, que também atendia as demandas dos estudantes.

Esta configuração se manteve até 2004, onde houve uma mudança que alterou significativamente a configuração da universidade, assim como, do Serviço Social. Em abril de 2004 foi apresentado ao Reitor Lúcio José Botelho o relatório final intitulado "Análise e Proposição de Alteração da Estrutura de Gestão da UFSC" e com base neste relatório foi apresentada a necessidade da existência de três Pró-Reitorias. Sendo elas:

- Pró-Reitoria relacionada com a Infra-Estrutura;
- Pró-Reitoria relacionada com Assuntos Estudantis;
- Pró-Reitoria relacionada com Desenvolvimento Humano e Social.

Após a apresentação do relatório, a mudança ocorrida não se restringiu unicamente as Pró-Reitorias; pois, além da divisão da PRAC em Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social – PRDHS, o Serviço Social também foi dividido, configurando-se da seguinte forma: Coordenação de Serviço Social Atendimento ao Estudante e Divisão de Serviço Social – Atenção ao Servidor (DiSS), para atender aos servidores técnico-administrativos e docentes.

Dentro da estrutura vigente na UFSC, destacamos a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social – PRDHS, que almeja:

Atender aos anseios da comunidade universitária, para uma nova visão das relações humanas na Instituição. É um órgão executivo central da administração superior da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado com o objetivo de auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas na área de gestão de desenvolvimento humano destinada à melhoria do nível de qualidade de vida no trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos ([www.prdhs.ufsc.br](http://www.prdhs.ufsc.br)).

A Divisão de Serviço Social - Atenção ao Servidor, está vinculada a PRDHS, que é estruturada da seguinte forma:

- Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal – DDAP; que tem como principal objetivo, desenvolver ações de administração de pessoal e gerenciar o processo de trabalho, otimizando uma política que vise um melhor nível de qualidade de vida no trabalho dos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC;

- Departamento de Desenvolvimento e Potencialização de Pessoas – DDPP; que tem como principal objetivo Coordenar processos de admissão, movimentação, acompanhamento, avaliação e de educação institucional destinados aos servidores docentes e técnico-administrativos, a partir de uma política institucional voltada para um melhor nível de qualidade de vida no trabalho, que visem a potencialização destes como agentes de transformação social da UFSC.
- Departamento de Desenvolvimento de Atenção Social e a Saúde – DDAS, que tem como objetivo desenvolver e implementar políticas de promoção à saúde e à segurança do trabalho, otimizando o processo de interação no trabalho, bem como de políticas de assistência social que possam amenizar as dificuldades no processo de interação social dos servidores técnico-administrativos e servidores docentes da UFSC.

O DDAS tem a seguinte estrutura organizacional:

- Divisão de Serviço Social – Atenção ao Servidor – DiSS;
- Junta Médica Oficial – JMO;
- Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho – DSST que é subdividido em Serviço de Saúde Ocupacional – SSO, Serviço de Segurança do Trabalho – SeST, Gabinete Odontológico – GO.

O Departamento de Desenvolvimento de Atenção Social e a Saúde DDAS, é responsável por,

Ações em saúde do trabalhador, acidentes de trabalho, doença ocupacional, licença saúde e proteção social, e tem como objetivo desenvolver e implementar políticas de promoção à saúde e à segurança do trabalho, otimizando o processo de interação no trabalho, bem como de políticas de assistência social voltadas aos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC (SANTOS, JUNKES, PEREIRA, 2009, p.4).

A DiSS visa colaborar com o objetivo maior da PRDHS e do DDAS, desta forma, desenvolve suas atividades voltadas ao atendimento das demandas apresentadas pelos servidores técnico-administrativos e servidores docentes da UFSC, desenvolvendo suas ações centradas no binômio saúde versus trabalho, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

A Divisão de Serviço Social Atenção ao Servidor – DiSS, trabalha em rede com o Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal e o Departamento de Desenvolvimento e Potencialização de Pessoas, além de possibilitar acesso a direitos e serviços oferecidos pela instituição, não somente aos servidores como a sua família.

O atendimento da DiSS destina-se a todos os servidores, técnico-administrativos e docentes<sup>4</sup>, que estão divididos da seguinte forma;

- 1.773 servidores docentes na ativa
- 1.100 servidores docentes aposentados (inativos)
- 3.250 servidores técnico-administrativos na ativa
- 2.436 servidores técnico-administrativos aposentados (inativos),
- 546 pensionistas e seus familiares.

Embora a UFSC tenha os trabalhadores terceirizados, estes não apresentam nenhum vínculo empregatício com a Instituição, em função disso não caracterizam o público atendido pela DiSS.

Os usuários do Serviço Social da DiSS são servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal de Santa Catarina que apresentam as seguintes características:

Os servidores atendidos apresentam como característica importante o tempo de permanência na Universidade, face a estabilidade adquirida. Assim, trabalham de 30 a 35 anos aposentam-se e às vezes continuam buscando atendimento no Serviço Social, inclusive com o falecimento do servidor o vínculo continua através dos seus familiares. Também apresentam como característica a heterogeneidade, através da diversidade de demandas, escolaridade (desde o semi-alfabetizado ao Ph.D), faixa etária, nível sócio-econômico, profissões diversas, trazendo desafios para as profissionais da DiSS na medida em que há uma gama diferenciada de demandas num mesmo contexto sócio-ocupacional ( SANTOS, JUNKES, PEREIRA, 2009, p.5).

Atualmente a DiSS conta com quatro<sup>5</sup> Assistentes Sociais e quatro Estagiários de Serviço Social, assim como uma bolsista. As ações desenvolvidas

---

<sup>4</sup> É importante destacar que o quadro técnico-administrativo refere-se aos servidores ocupantes de cargos de nível superior, médio e de apoio; e o quadro docente corresponde aos integrantes da carreira do magistério.

<sup>5</sup> Atualmente uma das Assistentes Sociais encontra-se afastada para cursar o mestrado.



pela DiSS, vêm sendo centradas nos processos sociais que envolvem a área da saúde e situações de trabalho.

As atividades do profissional de Serviço Social atuante na DiSS<sup>6</sup>, respeitando sua área de atuação, tem focado nas seguintes ações:

- Trabalho com a Junta Médica Oficial através de equipe transdisciplinar<sup>7</sup>, composta por profissionais do DDAS (médica, enfermeira, psicóloga, assistente social) e um representante do DDAP, do DDPP e do DAP/HU, nestes momentos são discutidos e encaminhados conjuntamente demandas relacionadas à questão de saúde e trabalho dos servidores;
- Articulação com os demais departamentos da Pró-Reitoria (DDPP, DDAP, DDAS) a fim de orientar as situações de saúde do trabalho, na perspectiva de encaminhar propostas na garantia de direitos que possibilitem a atenção social integral do servidor;
- Orientação e encaminhamentos aos servidores e seus familiares quanto a procedimentos administrativos referentes ao Regime Jurídico Único como licenças médicas, licenças para tratamento de pessoa da família, prorrogação de licença maternidade, aposentadorias, remoções, etc;
- Construção de uma rede de serviços (Projeto Rede Cidadã)<sup>8</sup> internos e externos à UFSC nas áreas de psiquiatria e outras especialidades da medicina, psicologia, dependência química, pedagogia, terapias complementares, atendimento jurídico-social, postos de saúde, hospitais, medicamentos de alto-custo, tratamento fora de domicílio, previdência, assistência social, entre outros;
- Parcerias com profissionais de medicina, psicologia e terapias complementares para os encaminhamentos de saúde;
- Trabalho com as chefias no sentido de discutir as situações trazidas pelos servidores, desde lotação, processo de trabalho, relacionamento interpessoal

---

<sup>6</sup> As atividades citadas são apontadas no trabalho apresentado, pelas Assistentes Sociais da DiSS, na Semana do Serviço Social 2009.

<sup>7</sup> Nomenclatura adotada pela Pró-Reitoria após dissertação realizada por Lilian M. Silva Bodenmuller, enfermeira, integrante desta equipe.

<sup>8</sup> Projeto Rede Cidadã, projeto de extensão realizado em parceria entre a DiSS e o Departamento de Serviço Social, este projeto teve como objetivo conhecer os recursos existentes interna e externamente a UFSC nas áreas de assistência social, jurídica social, saúde entre outros.

no ambiente de trabalho, questões familiares que interferem no trabalho ou vice-versa, e outros;

- Participação em comissões projetos em parceria com outros setores da UFSC para encaminhar as demandas de forma coletiva e preventiva: Equipe Multiprofissional de Acompanhamento do Ingresso e Permanência de Servidores Portadores de Deficiência, trabalho com grupos de novos servidores, proposta de intervenção para atender demandas específicas dos professores, Dimensionamento e Projeto Comemorando a UFSC;
- Assessoria e atendimento em setores da UFSC, atualmente: Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), Biblioteca (BU), Junta Médica Oficial (JMO), Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRDHS);
- Planejamento e execução de projetos específicos para atendimentos das demandas apresentadas no cotidiano profissional: Projeto Cuidar, Projeto de Aposentadoria, Projeto Rede Cidadã, Programa de Atenção à Saúde do Servidor (PAS).

O exercício profissional das Assistentes Sociais atuantes na DiSS são intermediadas por instrumentais variados, como a abordagem, a observação, a informação, a entrevista, a reunião, a visita domiciliar e hospitalar. Destacando como mais utilizadas, a observação, a entrevista e a reunião.

As práticas desenvolvidas na DiSS são processadas através de sistematizações cotidianas do fazer profissional e, segundo Sarmiento (2005), o Serviço Social se expressa enquanto uma sistematização de práticas (procedimentos) que particularizadas apresentam um dado conjunto de conhecimentos orientadores de ações.

Na DiSS estas atividades são desenvolvidas, principalmente, através dos registros dos atendimentos diários, relatórios específicos e anuais, assim como, cada servidor atendido pela DiSS possui uma pasta individual, na qual são registradas todas as ações envolvendo o processo de acompanhamento da situação, tais como, contato com chefias, com outros profissionais, com a família, entrevistas e registros de reuniões, contato institucionais, relato do atendimento entre outros. O Serviço Social, quando necessário, realiza o cadastro sócio-econômico, como também emite parecer e estudos sociais em processos.

Para atender a demandas tão diversas, as profissionais da DiSS necessitam conhecer a realidade, de forma ampla, em que vive o servidor, para poder realizar os encaminhamentos necessários, já que:

O servidor reporta-se a DiSS espontaneamente ou através de encaminhamentos das chefias, da JMO e de outros profissionais e setores, trazendo como principais demandas questões relacionadas à sua própria saúde ou do familiar, licenças médicas prolongadas, absenteísmo, doenças e acidentes do trabalho, aposentadorias, dúvidas sobre legislação, benefícios, solicitação de tratamentos suplementares, troca de setores (remoção, redistribuição), dependência química, transtornos afetivos diversos com interfaces nas relações sociais (depressão, stress, transtorno bipolar, etc), dificuldades de relacionamento interpessoal no trabalho, entre outros. Nos últimos anos, além do que já atendíamos temos observado o advento de novas demandas como um maior número de docentes que buscam atendimento; servidores em início de carreira com afastamentos prolongados relacionados à saúde; a inclusão de servidores portadores de deficiência; maior número de servidores em processo de aposentadoria e solicitações de reversão de aposentadoria; aumento do número de servidores com problemas de saúde que interferem no trabalho e vice-versa (SANTOS, JUNKES, PEREIRA, 2009,p.5).

Diante do desafio de atender demandas tão heterogêneas, quanto as apresentadas ao Serviço Social da DiSS, os profissionais para melhor atendê-las, vem rediscutir a atuação profissional para consolidar uma ação planejada, condizente com essa realidade e assim definir o foco de atuação, bem como, repensar os registros de atendimentos e das ações realizadas.

Dentro destas demandas heterogêneas que fazem parte do cotidiano da atuação profissional da DiSS, estão o atendimento aos trabalhadores docentes. Demandas estas que estão invariavelmente relacionadas ao processo de adoecimento deste trabalhador, devido a suas condições de trabalho, suas relações sociais e familiares.

Assim, a atuação do Serviço Social junto a esses servidores se dá pautada principalmente na garantia de direitos, através da lei nº 8.112, de 11/12/90 – RJU. Contudo, procura-se ter uma visão do usuário, para que a garantia dos mesmos seja um fator de mudança, ou seja, pautar-se na garantia intransigente de direitos. Deste modo, procura-se refletir de forma crítica se este serviço está sendo realizado de forma a deixar claro seu papel, bem como, se o usuário tem uma concepção clara de qual é o papel do Serviço Social.

Mediante as diversas transformações a incidir na atuação do Serviço Social, bem como, o que apresenta o Projeto Ético-Político do Serviço Social, nos instiga a saber o que o usuário pensa a respeito da profissão, será que mesmo passado tantos anos desde o surgimento da profissão, nos anos 30, aos moldes da doutrina católica, ainda se tem uma percepção do Serviço Social enquanto caridade e não de uma profissão que se propõe a garantir direitos? Uma profissão pautada na ajuda? E que tipo de ajuda é essa?

Esses são alguns dos questionamentos para os quais buscamos respostas, mediante a pesquisa realizada junto aos docentes da UFSC atendidos na DiSS, bem como, de que forma os mesmos compreendem o trabalho do Serviço Social. Esta pesquisa será apresentada a seguir.

## **4 O SERVIÇO SOCIAL E AS REPRESENTAÇÕES DOCENTES**

Esta seção tratará da pesquisa realizada junto aos Docentes da UFSC com o objetivo de saber como os mesmos, atendidos na Divisão de Serviço Social – Atenção ao Servidor (DiSS), compreendem o trabalho do Serviço Social. Foi possível configurar o perfil dos docentes atendidos na DiSS, através de sua trajetória laboral, bem como, a temática trabalho e realização profissional, mas sobretudo, o item de maior importância, qual a visão que este usuário tinha antes de ser atendido pelo Serviço Social e qual é sua visão atual. Tais dados são apresentados a seguir, bem como, a metodologia utilizada e o perfil dos docentes da UFSC em geral.

### **4.1 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa**

A presente proposta de pesquisa vem pautada a luz de uma concepção social crítica, no Materialismo Dialético, assim como, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois não tem como proposta medir ou numerar dados, mais sim, de explorar, de buscar respostas ao tema proposto. Segundo Pádua (2008, p. 36) “pode-se dizer que as pesquisas qualitativas têm se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais”.

Assim, para a realização da pesquisa empírica, foram identificados os docentes atendidos na DiSS no período entre julho/2007 a julho/2009, totalizando um número de 20(vinte) docentes, deste universo nossa amostra foi composta de 05 (cinco) docentes, sendo escolhidos de forma aleatória. Estes docentes foram consultados anteriormente se aceitavam ou não participar da pesquisa, assim, também foi definido um número de 05 (cinco) suplentes, caso algum docente se negasse a participar da mesma.

Para realizarmos a pesquisa utilizamos como forma de coleta de dados formulário com perguntas semi-estruturadas. O conteúdo das entrevistas foi gravado, com o consentimento do entrevistado, e as mesmas transcritas logo após sua realização. Ressaltamos que a pesquisadora se comprometeu com o entrevistado, garantindo o sigilo das entrevistas, as quais serão acessadas somente

por ela e pela professora orientadora. Observa-se que o nome dos entrevistados foi preservado, utilizamos nomes fictícios para identificá-los.

Cabe ressaltar que todos os professores entrevistados foram devidamente informados e esclarecidos, antes da entrevista, sobre o objetivo da pesquisa, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>9</sup>, que contava com o nome completo do pesquisador, endereço e contato. Além destes dados consta a assinatura do Entrevistado, onde o mesmo concede todos os direitos, a serem utilizados na pesquisa.

Ressalta-se que foram excluídos da pesquisa os docentes do Departamento de Serviço Social, tendo em vista, que os mesmos possuem vínculo com a pesquisadora.

No desenvolvimento deste estudo foi utilizada a pesquisa exploratória, devido ao fato de se tratar de uma primeira aproximação com o estudo da temática, pois:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

Este trabalho possui natureza exploratória quando envolve referências bibliográficas, entrevista com pessoas que tiveram ou tem experiências práticas com o problema pesquisado e ainda análise dos exemplos que estimulem a compreensão. Sua finalidade básica é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias para a formulação de abordagens posteriores. Este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento ao pesquisador acerca do assunto.

Além da pesquisa exploratória, este estudo também pode ser classificado como produto de pesquisa documental e bibliográfica. Se constitui das duas formas de pesquisa, em função de utilizarmos material já elaborado, principalmente livros, artigos, teses e dissertações.

Como exemplo de pesquisa documental, utilizamos uma pesquisa realizada pelo DDAS em 2009, através de uma solicitação institucional, onde foram levantados dados referentes ao perfil dos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC, com relação à idade, sexo, patologias que mais afastam o trabalhador de

---

<sup>9</sup> Vide Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

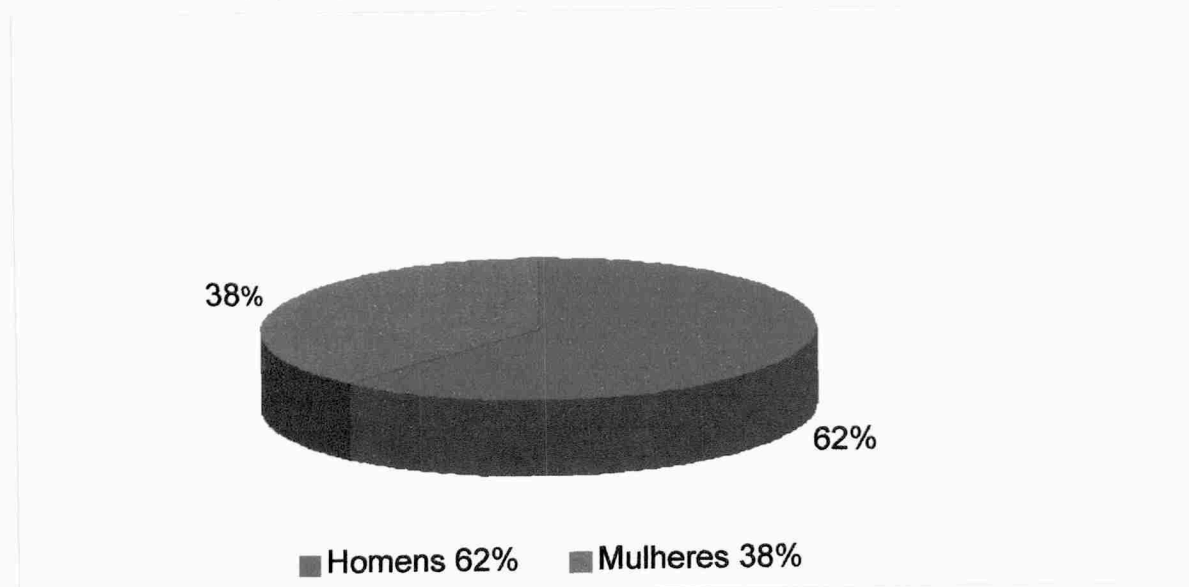
suas funções, entre outros. Deste modo, os dados considerados relevantes nessa pesquisa serão apresentados a seguir.

#### 4.2 Os docentes da UFSC atendidos na DiSS

Do universo dos servidores da UFSC, iremos nos ater aos servidores Docentes e caracterizando-os a partir de dados como: idade, sexo, entre outros.

O número total de docentes atuantes na UFSC, com base em dados de julho de 2009, era 1.992<sup>10</sup>, destes, 1.236 são do sexo masculino, representando um percentual de 62%, e do sexo feminino 756, significando um percentual de 38%. Estes dados são apresentados no gráfico abaixo.

**Gráfico 1 - Número de Docentes da UFSC por sexo**



Fonte: DDAS/PRDHS (2009).

Do número total de docentes da UFSC, 376 são professores substitutos, equivalendo a 18.85% do montante. Isto significa que 1616 docentes são professores efetivos, com contrato de trabalho de dedicação exclusiva (DE), com carga horária de 40h semanais, na sua maioria, representando mais de 90%.

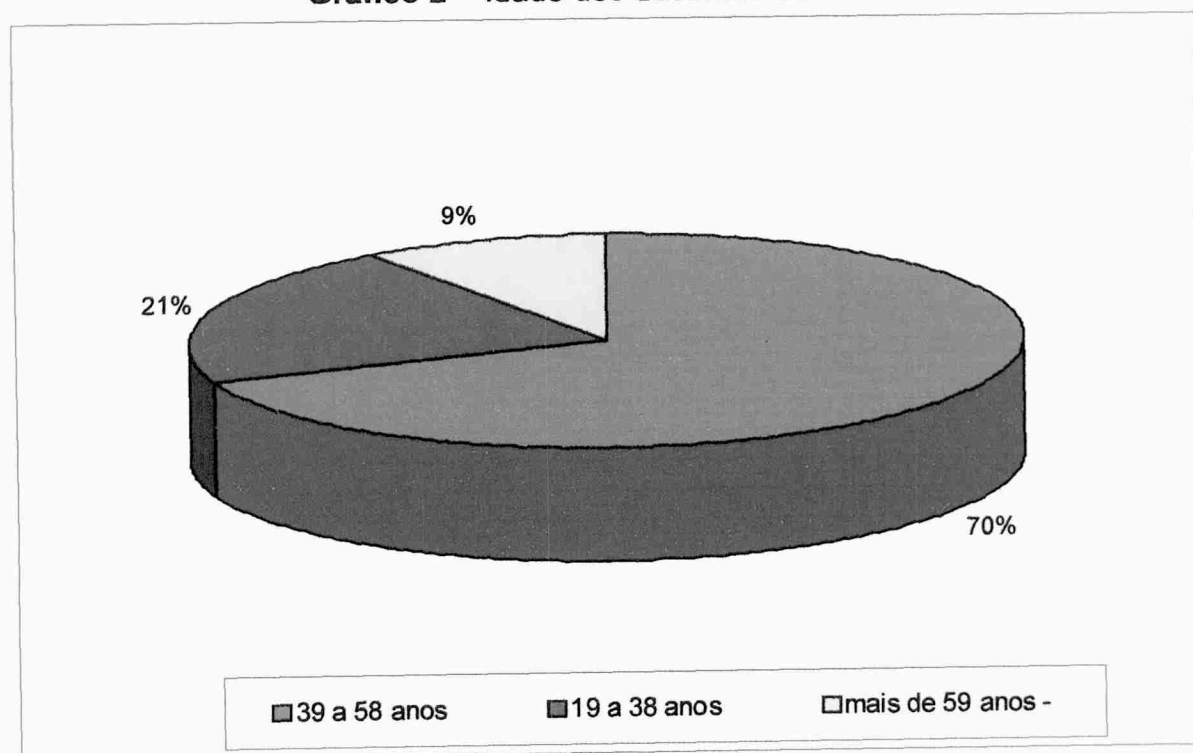
<sup>10</sup> Ressalta-se que este número pode não corresponder à realidade atual, tendo em vista, que a pesquisa realizada pelo DDAS/PRDHS contou com os dados até a data de 01/07/2009, durante os meses subsequentes houve mudanças no quadro de servidores da UFSC, fato este que ocorre diariamente principalmente em função de aposentadorias e contratações sendo por concursos ou por contratos temporários.

Ou seja, existe na UFSC contratos de trabalho diferenciados, onde o professor substituto, embora exerça a docência, não realiza atividades de pesquisa e extensão, bem como, não tem acesso aos mesmos direitos do professor efetivo.

Outra característica do corpo docente da UFSC refere-se à faixa etária predominante, através da pesquisa realizada pelo DDAS pode-se constatar que o percentual de Servidores Docentes com idade entre 39 a 58 anos corresponde a 70% e, deste percentual, 66.16% com idade superior a 44 anos, também consta nos dados da pesquisa que 21% correspondem à idade entre 19 a 38 anos e com mais de 59 anos 9%.

Estes dados serão mais bem visualizados no gráfico a seguir.

**Gráfico 2 - Idade dos docentes da UFSC**



Fonte: DDAS/PRDHS (2009).

Deste modo, podemos constatar que os docentes da UFSC estão em uma faixa etária mais madura, outro fator, refere-se ao tempo de docência, pois na sua grande maioria são servidores com muitos anos de magistério superior.

Podemos concluir que os docentes da UFSC vivenciaram e vivenciam as muitas transformações ocorridas no mundo do trabalho, processo este que contribui para o adoecimento destes trabalhadores, pois o grande número de docentes com média de idade superior a 40 anos é elevado.



Constatamos que as patologias que mais afetam os servidores da UFSC, de forma geral, são doenças ósteomusculares e do tecido conjuntivo, caracterizadas como sendo problemas na sua maioria de coluna lombar e cervical; ombro e joelho. Outra patologia presente e recorrente corresponde a transtornos mentais e comportamentais, caracterizada como transtorno depressivo recorrente; distúrbio bipolar e ansiedade.

A maior incidência por doença<sup>11</sup>, nos servidores como um todo, é o transtorno depressivo recorrente, bem como, o maior percentual de servidores afastados por motivo de doença são do sexo feminino. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a maior incidência de doenças ósteomusculares e depressão é em mulheres; confirmando os dados da pesquisa do DDAS/PRDHS, que indica estas doenças como as que mais afetam a saúde do trabalhador, principalmente os do sexo feminino.

Estes fatores são um dos motivos que atribuímos ao aumento da procura do trabalho realizado pelo Serviço Social, pois o trabalho é desenvolvido em parceria com a Junta Médica Oficial, através da equipe transdisciplinar em saúde. Os atendimentos aos docentes realizados na DiSS, na sua grande maioria, se configuram por motivos de doenças relacionadas a transtornos mentais e comportamentais, bem como, a situações familiares.

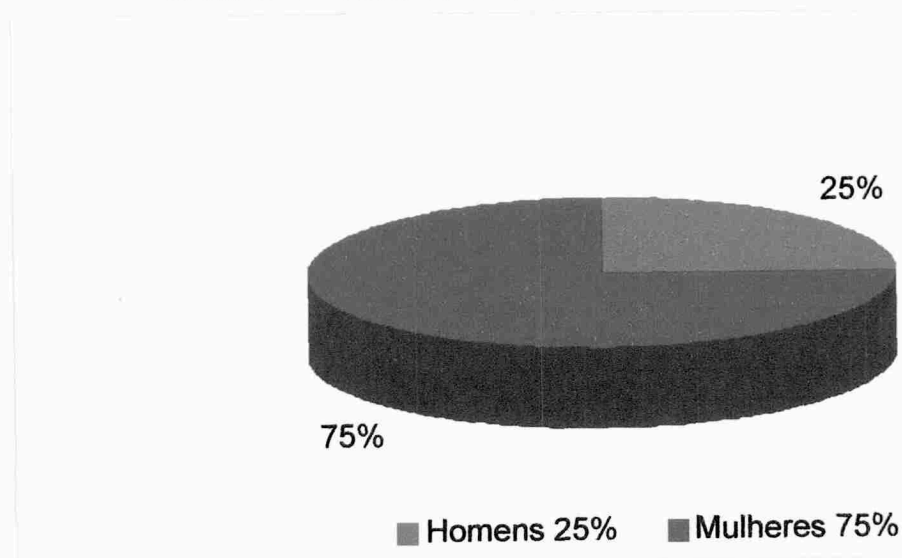
#### 4.2.1 Perfil dos Docentes e Participantes da Pesquisa

Os docentes atendidos pela DiSS, na sua maioria, buscam o atendimento do Serviço Social através de encaminhamento da Junta Médica Oficial, pois, a maior parte dos casos, encontra-se em um processo de adoecimento, geralmente vinculado as condições de trabalho e/ou à dinâmicas e relações familiares.

Conforme explicitado anteriormente, o número de docentes que fazem parte do quadro de servidores da UFSC constituem-se, na sua grande maioria, de homens, contudo, isso se inverte em relação ao número de docentes atendidos pelo Serviço Social da DiSS, que se constitui, na sua imensa maioria, por mulheres, com um percentual de 75%. Este dado é representado através do gráfico a seguir.

---

<sup>11</sup> Estes dados foram coletados através dos atendimentos realizados pela Junta Médica Oficial da UFSC e fazem parte da pesquisa realizada pelo DDAS/PRDHS.

**Gráfico 3 - Número de docentes atendidos na DiSS por sexo**

**Fonte:** Da autora (2009).

Deste modo, os sujeitos da pesquisa se caracterizam como sendo do sexo feminino, na sua totalidade, pois não foi possível entrevistar nenhum homem, em função da impossibilidade de contato. Embora tenhamos conseguido contato com alguns docentes do sexo masculino, os mesmos não faziam mais parte do quadro de servidores da UFSC, estando exercendo suas funções em outra Universidade Federal.

Os docentes atendidos na DiSS tem em média 45 a 57 anos de idade, estando dentro da faixa etária apresentada anteriormente como sendo maioria na UFSC, com tempo de docência entre 7 a 25 anos, sendo a sua maioria superior a 20 anos de docência na instituição. Observamos que, embora haja docentes que estão a poucos anos exercendo o magistério na UFSC, já exerciam a profissão em outras Universidades Federais ou privadas, ou seja, já praticavam a docência há mais tempo.

O grau de escolaridade é diverso, sendo caracterizado da seguinte forma: o percentual de docentes pesquisado com doutorado é de 60%, com especialização é de 20% e com superior completo 20%. Tal característica se observa em virtude da docência ser atribuída à carreira de magistério, que na UFSC se caracteriza desde a educação infantil até o pós-doutorado.

A constituição familiar das entrevistadas se apresenta da seguinte forma, a maioria com mais de um filho, sendo 4 (quatro) casadas e uma 1 (uma) separada.

Os dados foram mais bem exemplificados/explicitados na tabela abaixo.

**Tabela 1 - Perfil das docentes entrevistadas**

<b>Identificação</b>	<b>Centro</b>	<b>Idade</b>	<b>Constituição Familiar</b>	<b>Tempo de UFSC</b>	<b>Escolaridade</b>
<b>A</b>	CED	46	Casada/ 2 filhos	17 anos	Doutorado
<b>B</b>	CCB	48	Casada/ 1 filho	25 anos	Doutorado
<b>C</b>	CCS	55	Separada/ 2 filhos	7 anos	Doutorado
<b>D</b>	CED	57	Casada/ 4 filhos	24 anos	Superior Completo
<b>E</b>	CED	47	Casada/ 2 filhos	23 anos	Especialista

Fonte: Da autora (2009).

Os sujeitos da pesquisa se constituem, na sua maioria, do Centro de Ciências da Educação (CED), isto se configura em função do trabalho desenvolvido pela DiSS, com os servidores técnico-administrativos e docentes do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), que é vinculado ao CED.

Além dos dados apresentados acima, também destacamos o fator que impulsionou estes docentes a procurarem o Serviço Social, que se configura em função de um processo de adoecimento. Este quadro de adoecimento está vinculado a transtornos mentais e comportamentais, na sua maioria depressões, ocasionadas por problemas relacionados ao trabalho e as relações familiares. Outro fator que pode ser relacionado a esse processo é a proximidade com a aposentadoria, momento que para muitos docentes pode contribuir com o adoecimento

Apresentaremos a seguir, as situações apresentadas ao Serviço Social pelas entrevistadas, no momento da procura pelo mesmo.

**Tabela 2 - Motivo de procura pelo Serviço Social**

<b>Identificação</b>	<b>Situação apresentada</b>
<b>Entrevistada A</b>	Afastamentos prolongados para tratamento de saúde, depressão, problemas familiares.
<b>Entrevistada B</b>	Afastamentos prolongados para tratamento de saúde, problemas familiares (saúde na família), depressão.
<b>Entrevistada C</b>	Afastamentos prolongados para tratamento de saúde, questões familiares, depressão.
<b>Entrevistada D</b>	Afastamentos prolongados para tratamento de saúde, acidente de trabalho, depressão, síndrome do pânico.
<b>Entrevistada E</b>	Afastamentos prolongados para tratamento de saúde, depressão, dependência química.

Fonte: Da autora (2009).

Estes fatores associados provocam profundas conseqüências, podendo inclusive levar a incapacidade do trabalhador, bem como, dificultar suas relações em sociedade. Tal fator interfere na vida, como um todo, dos sujeitos e, principalmente, das mulheres, tendo em vista que na sua maioria além do trabalho institucionalizado, também exercem a função de cuidadora da família, sendo responsáveis pelo bem estar dos mesmos. Pois, ainda nos tempos modernos, a responsabilidade dos filhos está na maior parte do tempo atrelada à mulher, principalmente em casos de separação e doenças. Isto se confirma ao analisarmos os relatos de atendimentos realizados junto às docentes entrevistadas.

#### 4.2.2 Trabalho e realização profissional

As participantes da pesquisa contribuíram com suas impressões sobre o que é ser trabalhador docente na UFSC, suas condições de trabalho, sua relação com os colegas, com os alunos, a expectativa e exigências de ser docente de uma instituição de referência nacional, bem como, seus sentimentos com relação ao magistério e as cobranças, a relação de poder existente, as limitações e as realizações.

Ao indagarmos as entrevistadas, se as mesmas sentem-se realizadas profissionalmente e como compreendem a UFSC como local de trabalho, a resposta foi sim, 80% sentem-se realizadas com a docência; com relação à questão local de trabalho, há discordância, pode-se perceber que as diferenças se dão, principalmente em relação ao local de trabalho, bem como, ao público atendido no seu local de atuação.

Isto pode ser confirmado através dos depoimentos obtidos:

“Pelas questões de trabalho financeiramente eu não seria professora porque não me traz o retorno que eu necessito pra viver com o que eu considero dignidade, mais sou apaixonada por pessoas, por trabalhar com pessoas e a sala de aula pra mim é muito nutritiva, porém as condições de trabalho que eu tenho elas são nocivas, eu considero nocivas e acabam sendo um dos grandes fatores que levam ao adoecimento dos professores, dos docentes, eu gosto muito de dar aula, de ser docente, professora, de fazer extensão, pesquisa, isso me faz bem”. (Entrevistada A, 2009)

“Como local de trabalho, não vejo diferença de qualquer outro local, tem suas limitações, seus melindres, mas não tem problemas, pois

acredito que em função de minhas características pessoais, que busco resolver os problemas, penso ser o meio um local que há muitas disputas". (Entrevistada C, 2009)

"Eu me vejo como uma professora dentro da universidade com uma situação privilegiada, nós professores dentro da universidade temos todos os recursos, se procurarmos temos tudo, desde psicólogo, assistentes sociais, acho isso um privilégio, acho muito bom, sempre que eu precisei transporte para os alunos, estagiários, sempre teve tudo, nunca foi fechada a porta". (Entrevistada D, 2009)

Outro ponto abordado faz referência a UFSC como uma instituição de ensino de excelência, atualmente configurando entre as três melhores Universidades do país, e se isto se reflete também no campo de trabalho. Algumas das respostas foram às seguintes:

"As instalações são muito precárias, com relação ao material didático, alguns setores são mais privilegiados que outros, que não se têm material disponível para trabalhar, as salas são precárias, não se tem infra-estrutura de sala multimídia pra se fazer uma apresentação aos alunos, a biblioteca está muito desatualizada, a excelência da universidade depende muito mais dos docentes do que das condições de trabalho". (Entrevistada B, 2009)

"As condições de trabalho oferecidas pela instituição são excelentes, acredito que na atual conjuntura não podemos pensar em outro local que tenha as mesmas condições de trabalho". (Entrevistada E, 2009)

As respostas obtidas são diferenciadas, isso se dá principalmente pelo local de atuação, conforme citado anteriormente, bem como, a atuação profissional de cada professor, tendo em vista que a carreira docente na UFSC pode ser desde a educação infantil até o pós-doutorado, conforme citado anteriormente. Estes fatores são muito relevantes ao abordarmos a categoria trabalho na universidade, pois as condições de trabalho são muito diferenciadas entre um campo de atuação e outro.

Isto se reflete principalmente na visão do docente, com relação às condições de trabalho, na graduação há um número significativamente maior de alunos, bem como, uma exigência mais acentuada no processo de pesquisa e extensão, além das relações pessoais se darem em ambientes diferenciados.

As exigências impostas aos docentes, atuantes na graduação são mais acentuadas, conforme a fala de uma das entrevistadas, "*além das exigências da própria UFSC, tem as exigências das agências de fomento que nos obrigam a ter um Currículo Lattes muito recheado para que se possa ter pesquisas financiadas e tudo mais, isso é uma pressão muito grande*". (Entrevistada A, 2009).

Esta pressão não se observou na fala das entrevistadas que atuam em atividades que não são de graduação. Isto se reflete também na relação com chefias e colegas, pois há uma aproximação maior nestes espaços, permitida em decorrência das condições de trabalho, referendadas anteriormente, nestes espaços.

O último tema abordado na entrevista trata de como as docentes se sentem como trabalhadoras desta instituição. As respostas foram distintas no conteúdo, contudo, há unanimidade no sentido de ser um sentimento de orgulho, de status, onde ser docente em uma instituição de ensino conceituada como a UFSC traz uma sensação de prazer. Isto se observa na fala das entrevistas a seguir:

“Tem dois sentimentos, o sentimento de orgulho de fazer parte de uma instituição que tem esse renome, claro que é significativo, e por outro lado tem o sentimento de não ter as condições adequadas de trabalho, se tem claro que é um orgulho relativo, pois eu considero a Universidade uma escola de terceiro grau, eu que me constituí como professora substituta no ensino público, como professora de 5ª a 8ª série, professora de segundo grau, como coordenadora pedagógica, trabalhei no ensino fundamental, médio e agora universidade, eu tenho esse registro, essa memória de que, embora seja UFSC, é uma escola de terceiro grau pública neste país, com essas condições, esse sentimento vem com todas essas ponderações”. (Entrevistada A, 2009)

“Fora da UFSC, quem não sabe o que se passa dentro da instituição, é um status sim, por outro lado tem o preconceito por ser funcionário público, então tem vários sentimentos. O sentimento que me vem é no sentido financeiro, pois é esta condição de ser docente da UFSC que me propicia o retorno financeiro para a sobrevivência, este sentimento é o mais forte do que o status”. (Entrevistada B, 2009)

“Sinto-me muito bem, de todos os desafios da minha vida particular, tenho encontrado portas entreabertas para que eu não perca a oportunidade de continuar atuando, por eu ser uma profissional docente, me foi possível continuar trabalhando”. (Entrevistada C, 2009)

“Tenho um sentimento de orgulho, prazer, privilégio, cresci muito como pessoa e como profissional”. (Entrevistada D, 2009)

“Me sinto muito bem, gosto de trabalhar aqui, claro que também tem o cansaço da rotina, mais me sinto privilegiada”. (Entrevistada E, 2009)

Para além das perguntas realizadas, podemos observar na fala das entrevistadas, um elemento muito importante, o processo de adoecimento provocado pelo trabalho, bem como, pelas relações familiares. Na sua totalidade as

entrevistadas relacionam um destes fatores ao processo de adoecimento, quando não conjuntamente. Isto ficou muito evidente através do que nos foi dito no decorrer das entrevistas, bem como, ao analisarmos o perfil das entrevistadas, no item anterior, que tem o processo de adoecimento relacionado às relações familiares e condições de trabalho. Segundo as entrevistadas, este processo ocorre em função das pressões existentes no meio acadêmico, podendo ser representada através das seguintes falas:

“Aceitar que eu estava em um quadro depressivo, que eu então estava me afastando para me tratar nestas circunstâncias, estava em uma situação financeira muito difícil tanto por conta do meu próprio salário na UFSC não dar conta, meu marido perdeu o emprego na época, eu estava fazendo doutorado, tinha um gasto muito grande, então esse quadro, eu acredito, propiciaram o adoecimento, não somente as condições inadequadas de trabalho, mas uma multideterminações de fatores, neste momento de adoecer eu fiquei muito vulnerável, e me achando uma pessoa fora da lei, onde já se viu com dinheiro público investido na minha pessoa pra formação, como eu ia me dar ao direito de ficar doente”. (Entrevistada A, 2009)

“A universidade cresceu, mais sem planejamento. Com relação ao salário, esta congelado, o valor pago pela aula é muito baixo, o mercado privado paga mais por horas aulas, na UFSC não se valoriza o professor que da aula, mais sim o que faz pesquisa. E as exigências sobrecarregam, e estas exigências mais os problemas familiares, propiciaram um adoecimento, isto é percebido inclusive junto aos colegas de trabalho, como este processo de adoecimento está forte nos docentes”. (Entrevistada B, 2009)

“Como estou ligada a Ead, aonde a UFSC vem com esse movimento de excelência também, embora se tenha uma resistência bem grande, para mim isso me possibilitou continuar trabalhando em função dos meus problemas familiares”. (Entrevistada C, 2009)

Ao trazermos para o debate o trabalho docente em uma instituição de ensino superior, podemos observar as diferentes concepções de mundo de cada sujeito entrevistado, pois suas respostas são restritas ao espaço em que atuam, sem a percepção do todo.

#### 4.2.3 Representações dos docentes acerca do SS

Após discutirmos a categoria trabalho, mais precisamente o trabalho docente na UFSC, abordamos junto às mesmas questões referentes ao Serviço Social. Tendo como ponto principal a representação que o Serviço Social tem para seu usuário, neste contexto, o docente atendido na DiSS.

Assim, delimitamos algumas questões, tais como: como se deu a sua chegada a DiSS, se foi espontânea ou não, quais as expectativas, qual a concepção que tinha a respeito do Serviço Social, qual a atual concepção referente ao Serviço Social. Este bloco de perguntas contou com o montante de oito questões.

Ao questionarmos as entrevistadas se as mesmas conheciam o trabalho realizado pela DiSS, a resposta foi unânime, não. Sabiam que existia o Serviço Social, mais não tinham noção do trabalho realizado e que ficaram surpresas com a atuação das Assistentes Sociais. As falas foram as seguintes:

“Não sabia da existência e no momento do meu adoecimento foi uma grata surpresa, foi muito importante saber que tinha este tipo de atendimento”. (Entrevistada A, 2009)

“Conhecia , mais não o que fazia, sabia que existia somente isso”. (Entrevistada B, 2009)

“Não sabia que havia Serviço Social para atender os docentes” (Entrevistada C, 2009)

“Não, eu pra dizer que eu não conhecia, conhecia referente a aluno” (Entrevistada D, 2009)

“Não, não sabia do atendimento ao servidor, conhecia o Serviço Social do aluno”. (Entrevistada E, 2009)

Ao analisarmos a fala das entrevistadas, podemos salientar que não havia conhecimento referente à atuação do Serviço Social junto aos servidores da UFSC, bem como, uma confusão, que acontece com frequência, onde se vincula a atuação do Serviço Social apenas com os alunos.

Percebemos que o docente chega ao Serviço Social da DiSS, como grande parte dos usuários que procuram tal serviço em qualquer área de atuação, quando já estão no limite, em um processo de fragilização muito grande. Nos docentes isto se configura através do processo de adoecimento, vinculado a maioria dos atendimentos. Tanto que a maioria das entrevistadas foram encaminhadas pela Junta Médica Oficial da UFSC.

Este processo de fragilização e de procura pelo Serviço Social, segundo Faleiros (2001, p. 90), se dá em um processo onde “é preciso ver essa fragilização no seu movimento complexo, não só porque a pessoa é explorada (pode até não ser), porque a realidade é múltipla”.



Ao pensarmos o atendimento aos docentes de uma instituição de ensino superior, bem como, em qualquer área de atuação, temos que considerar as múltiplas expressões da questão social, originada da contradição entre capital x trabalho, pois, segundo lamamoto (2006, p. 28) "os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social básica etc".

Estas contradições, assim como, a ideologia pregada pela classe dominante, se propagam em todos os níveis sociais e culturais, fortalecendo a visão de que o "problema" está no sujeito individualmente e não nas relações sociais, nas relações de poder existentes. Estes fatores ainda são fortalecidos porque alguns:

Assistentes Sociais ficam subservientes à instituição na hora de analisar e de agir, e só vêem o ponto de vista oficial. Não se vê, então, a situação como questões, mas como um problema da instituição, como um problema do poder, e tornam o problema uma questão jurídica, institucional, de recursos. Não estão vendo a relação daquela questão com as forças sociais no processo de fragilização, de perda de patrimônio do sujeito (FALEIROS, 2001, p. 91).

Os múltiplos fatores existentes, não só na sociedade capitalista, mas também na atuação profissional dos Assistentes Sociais - que historicamente está vinculado a uma concepção de assistencialismo e fortalecido ainda por alguns profissionais - nos instigou a saber qual o entendimento do usuário docente referente à profissão antes de ser atendido pelo Serviço Social. Algumas das respostas foram:

"Tive contato com várias profissionais e pude constituir a minha representação do serviço social de duas vertentes, uma de profissionais que tinham uma postura mais assistencialista, e outras que tinham uma postura diferenciada, de busca, via políticas públicas dos serviços, eu compartilho deste entendimento". (Entrevistada A, 2009)

"Pensava que Sociólogo e Assistente Social eram sinônimos, não sabia o que significava o Serviço Social da UFSC. O que mudou foi que percebo que existem profissionais sérios atuando, não são somente um profissional que fica esperando a demanda chegar, vai além". (Entrevistada B, 2009)

"Para mim um profissional da equipe multidisciplinar de saúde. Acho só que o nome está culturalmente ligado ao assistencialismo, em ajuda em termos pejorativos, deve ser rompido". (Entrevistada C, 2009)

**"Eu achava que o SS era pra prestar atendimento aos alunos carentes, eu sempre achei que fosse isso, não imaginava que era esse trabalho junto ao professor, volto a dizer que precisou acontecer isso comigo para conhecer o trabalho, que não é um trabalho pra dar cesta básica é muito mais, isso eu aprendi convivendo, mas antes não sabia". (Entrevistada D, 2009)**

**"Pensava que o Serviço Social era uma profissão sem importância, havia um colega que fazia faculdade comigo, falava que, vocês eram as moças que não se sabia o que faziam, era mais o menos assim que eu pensava". (Entrevistada E, 2009)**

A falta de conhecimento referente à atuação do profissional de Serviço Social ainda está arraigada no imaginário do usuário como sendo uma profissão voltada para o assistencialismo, para ajuda no sentido pejorativo da palavra. Mesmo após o movimento de reconceituação do Serviço Social, do rompimento com as práticas voltadas a caridade, a filantropia, bem como, o fortalecimento de uma proposta de atuação crítica, em defesa da efetivação de direitos, não se tem claro, no entendimento do usuário, antes de seu contato com a profissão, o papel do Serviço Social.

Deste modo, acreditamos ser possível construir um processo de reconhecimento do usuário com relação à profissão, através de uma atuação voltada para a emancipação, onde o usuário seja o sujeito da transformação social, através de uma percepção de mundo voltada para a cidadania.

Assim, abordamos um ponto crucial da nossa pesquisa, identificando se após o contato direto com o Assistente Social, houve alguma mudança na concepção da profissão.

**"Tenho a representação do Serviço Social, não de uma postura assistencialista, mais sim na busca da melhora de vida dos sujeitos, via garantia de direitos, ver o que existe e conseguir materializar estes direito". (Entrevistada A, 2009)**

**"Os encaminhamentos da vida cotidiana, em períodos em que eu não via mais saída, então esse olhar a mais do SS foi de muita importância, pois quebrei meu ego aqui no Serviço Social, onde passei a dar mais importância à profissão. A importância da profissão se dá como um profissional da área da saúde, embora como psicóloga eu saiba que se dá muita importância ao médico dentro de uma equipe de saúde, pra mim o SS faz parte deste grupo, sendo de extrema importância". (Entrevistada B, 2009)**

**"Eu vejo uma profissão que te coloca a realidade de uma forma, que te faz ver o mundo em que se vive, ele te põe na realidade, respeitando o meu processo, o meu momento, propiciando um apoio,**

te coloca a cabeça em cima do pescoço para ver a realidade". (Entrevistada C, 2009)

"Parece um psicólogo, que vai mais a fundo, que não fica só na conversa, o diferencial das profissões, a psicóloga faz a parte de ouvir, o SS além de ouvir intervem, sugerindo, propondo, pra ver o que a gente pode fazer. Os encaminhamentos são feitos com muita cautela, com muito respeito". (Entrevistada D, 2009)

"É uma luz no fim do poço, uma luz que nos possibilita alternativa, mudança, saídas, sempre deixando muito claro, que és tu quem tem que fazer, ninguém te pega pela mão e vai lá e faz por ti, te possibilita fazer mas não faz pra ti, só orienta os caminhos". (Entrevistada E, 2009)

Diante do exposto, podemos perceber que houve um reconhecimento, uma valorização da atuação profissional do Serviço Social, indicando uma possível mudança de concepção da profissão. Acreditamos ser através de uma atuação voltada para a efetivação de direitos, embora nem sempre possível, que possamos construir uma identidade profissional onde os usuários e os Assistentes Sociais reconheçam o Serviço Social como um trabalho profissional, com competências teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político para além da dimensão da ajuda.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nossa intenção ao discutirmos o tema, o Serviço Social por meio da visão dos Docentes da UFSC atendidos pela Divisão de Serviço Social – Atenção ao Servidor (DiSS), foi refletir a respeito do que o usuário tem a nos falar sobre a atuação profissional do Assistente Social.

Para tanto, abordamos o surgimento das universidades no Brasil, seu contexto histórico até os dias atuais, as políticas de educação adotadas neste quase um século de institucionalização das universidades, bem como, a UFSC neste contexto, assim como, o trabalho docente nas Instituições Ensino Superior.

A UFSC, assim como as universidades federais do país, vem sofrendo as conseqüências da reforma da política de educação nacional. Tal fator vem sendo implantado nas IES, principalmente através do REUNI, onde as universidades vem se re-desenhando neste início de século, apresentando cada vez mais características voltadas para o modelo de uma universidade operacional, que se distancia cada vez mais do seu papel social, de disseminar o conhecimento, as descobertas, na construção das idéias e da transformação social.

As IES estão cada vez mais voltadas para o mercado, provocando um aumento considerável das exigências no meio acadêmico, isto se reflete principalmente nas condições de trabalho docente, que, além das aulas, tem que realizar pesquisa e extensão. O professor somente é reconhecido, tanto pelos alunos, como por seus colegas e pela instituição, como um bom profissional quando se destaca no meio acadêmico,

Portanto, além das exigências do trabalho docente, estão as relações que os mesmos vivenciam, relações estas que favorecem o individualismo em ambientes competitivos, há uma disputa de poder muito grande. Estas exigências além das múltiplas expressões da questão social, que permeiam a vida da classe trabalhadora; são um dos fatores que contribuem para o processo de adoecimento do trabalhador docente.

Assim, este processo de adoecimento, caracteriza a procura deste trabalhador pelo atendimento da DiSS, na sua maioria através de encaminhamento da JMO, sem ter conhecimento da proposta de atuação das profissionais inseridas

neste espaço, ou seja, não há clareza a respeito da atuação profissional, onde os usuários ainda associam a profissão a outras áreas de conhecimento.

Deste modo, concluímos que embora tenha se passado muitos anos do surgimento da profissão no país, das constantes transformações vivenciadas, bem como, a implantação da lei que regulamenta a profissão, do código de ética profissional, da proposta do projeto ético-político, não conseguimos superar, ainda, a associação do Serviço Social com a ajuda, a filantropia a caridade.

Embora os usuários docentes, após contato direto com a atuação profissional do serviço Social, através dos atendimentos realizados pela equipe de profissionais da DiSS, tenham alterado sua compreensão a respeito do papel do Serviço Social, não houve uma mudança, que configure uma transformação, mais sim, uma valorização da profissão, um aumento da importância atribuído a este profissional.

Outro fator que procuramos tratar, diz respeito a trazer para o debate a atuação profissional dos Assistentes Sociais em espaços, que embora público, se configure em um espaço próximo a atuação em empresas. Atuação esta que está impregnada de preconceito. Contudo, estes espaços também estão permeados pelas múltiplas expressões da questão social e se configuram em espaços onde o Serviço Social pode intervir, através de políticas voltadas para o trabalhador, bem como, assegurar acesso a bens e serviços.

Nesta perspectiva, faz-se fundamental a intervenção profissional do Serviço Social junto aos trabalhadores docentes da UFSC, que se encontram em um processo de adoecimento, principalmente em função das condições de trabalho e das relações familiares, utilizando neste processo o código de ética profissional, para a realização de uma intervenção que promova a socialização de informações, direitos e apoio a este segmento.

Compreende-se que o trabalho desenvolvido pelas Assistentes Sociais da DiSS, vai ao encontro de uma atuação voltada para a saúde do trabalhador. Assim, as assistentes sociais deverão, antes de tudo, conhecer, compreender e reconhecer, as condições de trabalho e de vida, pois o trabalho e as relações sociais se configuram na forma como os sujeitos se reconhecem e compreendem o mundo ao seu redor.

Procurando reestabelecer o trabalhador docente, não somente para o trabalho, mais para os muitos enfrentamentos, acerca do cotidiano, das relações

**sociais e familiares, principalmente em uma sociedade desigual, opressiva, ou seja, a sociedade capitalista em que vivemos e suas múltiplas contradições.**

**Embora possamos destacar que o Serviço Social da DiSS tem seu trabalho baseado em ações sócio-educativas, tendo como objetivo construir alternativas em conjunto com os sujeitos, para a garantia de seus direitos, bem como, viabilizando a construção da cidadania, ele esbarra em condicionalidades institucionais, que não foram rompidas.**

**Identificamos que falta ao Serviço Social da DiSS ações que o torne visível perante os seus usuários. Através da pesquisa realizada junto aos docentes da UFSC, foi possível verificar que os mesmos não tinham conhecimento a respeito do trabalho desenvolvido pelas assistentes Sociais da DiSS.**

**Colocamos como sugestão a organização de cursos de capacitação, através do espaço disponibilizado pela universidade, para os chefes de departamento e coordenadores de cursos, com o intuito de apresentar o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, bem como, socializar informações, procedimentos e direitos referente à atuação junto aos docentes. Além de propiciar um espaço para reflexão a respeito da categoria trabalho, trabalho docente, saúde do trabalhador, entre outros temas. Para tanto, talvez, propondo uma parceria, uma maior aproximação com o Departamento de Serviço Social.**

**Desta forma, estaríamos dando uma maior visibilidade ao trabalho profissional do Serviço Social da DiSS, possibilitando o acesso ao usuário de tal serviço, não quando o mesmo encontra-se em um processo de adoecimento e fragilização, mas sim, com possibilidades mais palpáveis de acesso a bens e serviços.**

**Assim como, fortalecendo uma relação com o Departamento de Serviço Social da UFSC, que possibilite aos profissionais atuantes na prática junto aos servidores desta instituição, permanecer integradas nas muitas discussões da academia, possibilitando, um processo dialético mais constante no fazer profissional.**

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

ASSISTENTE social. Disponível em: <<http://www.assitentesocial.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

BRASIL. Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm). Acesso em: 10 nov. 2009.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Seminário: universidade: Por que e como reformar?** MEC/SESu. 2003. Disponível em: <http://www.firgoa.usc.es/drupal/node/19336>. Acesso em: 12 set. 2009

\_\_\_\_\_. **Universidade em ruínas**. In.: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CUNHA, Fernando José de Paula. O Processo de Precarização do Trabalho Docente no Ensino Superior Público. In.: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 19., 2009. **Anais.....** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ppge/epenn/>. Acesso em: 04 nov. 2009.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e privatização do ensino superior. . In.: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999

FALEIROS, V. P. Desafios do Serviço Social na era da Globalização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.61, p. 152-186, nov. 1999.

\_\_\_\_\_. **V. Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social Ensaio Críticos**. São Paulo: Cortez, 1997.

IÓNE, Vasques-Menezes. *Por onde passa a categoria trabalho na prática terapêutica?*In.: CODO, W. (Org). **O trabalho enlouquece? : um encontro entre a clínica e o trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LIMA, A.M.C.A. **Administração pública brasileira e o sistema universitário federal: a ética deformada do patrimônio**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. v. 2.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. 1999. Disponível em: [http:// WWW.fnepas.org.br](http://WWW.fnepas.org.br). Acesso em 06 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

NOGUEIRA, V.M.R. ; MIOTO, R. C. T. **Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde**. In.: MOTA, A. E.; et al. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2006. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/inicio.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm)  
Acesso em: 30 ago. 2009

ORTIZ, F. S. G. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PÁDUA, Elizabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas, SP: Papirus, 7ª edição, 2004.



HARVEY, David. Transformações político-econômicas do capitalismo. In: **Condições Pós-Moderna: uma pesquisa das origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2005, p. 117-162.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres...(et al.). São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, A. P. B.; JUNKES, L. G. G.; PEREIRA, M. A. **Atuação do Assistente Social junto aos servidores da UFSC: exercício e formação do profissional em debate**. Florianópolis, 2009.

SARMENTO, H. B. M. Repensando os Instrumentos em Serviço Social. In.: STOCHINGER, S. C. (Org). **Textos de Teoria e Prática de Serviço Social**. Belém: Ed. Amazônia/UFPA, 2005. p. 06-48.

SERVIÇO social HU. 2009. Disponível em: <<http://www.hu.ufsc.br/~social/index.html> >. Acesso em: 04 nov. 2009.

SILVA, M. I. **A centralidade da categoria trabalho e o trabalho docente voluntário na UFSC**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVA E SILVA, M. O. **O Serviço Social na conjuntura brasileira: demandas e respostas**. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.44, p.85-113, 1994.

SIMIONATTO, I. **Gramsci, sua teoria: incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

TRINDADE, H. Universidade, ciência e Estado. In.: \_\_\_\_\_ (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social. **Documentos Internos da DISS – Relatório Anual Divisão de Serviço Social Atenção ao Servidor 2008**. Florianópolis, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social. **Documentos Internos do Departamento de Desenvolvimento de Atenção Social e a Saúde DDAS – Relatório dos Afastamentos por Motivo de Doenças nos Servidores da UFSC**. Florianópolis, 2009.

**UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina. 2009. Disponível em:  
<<http://www.ufsc.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2009**

**WANDERLEY, L. E. W. O que é universidade. São Paulo: Brasiliense, 2003.  
Coleção primeiros passos, n.91.**

## **APÊNDICES**



**5 – Qual a concepção que você tinha do Serviço Social antes de ser atendido na DiSS? Esta concepção mudou?**

**6 – Para você, qual o grau de importância da profissão? Por quê?**

**7 – Qual a sua atual concepção referente ao Serviço Social?**

**8 – Se hoje alguém viesse até você com alguma demanda referente ao Serviço Social, você encaminharia para a DiSS? Que tipo de demanda você encaminharia para o Serviço Social? Por quê?**

## **Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidada a participar da pesquisa que tem como ponto principal a seguinte questão: como os docentes da UFSC, atendidos na DiSS, compreendem o trabalho do Serviço Social?

Você foi escolhida para ser entrevistada por compor o universo de Docentes da UFSC atendidos pelo Serviço Social da DiSS, que presta atendimentos aos servidores docentes e técnico-administrativos desta instituição. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com o Departamento de Serviço Social /UFSC.

O objetivo deste estudo é conhecer como os docentes da UFSC atendidos na DiSS compreendem o trabalho do Serviço Social.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário que tem com objetivo identificar o trabalho do Serviço Social na DiSS; levantar informações sobre a forma de acesso ao serviço da DiSS e analisar junto aos Docentes atendidos na DiSS como percebem o trabalho do Assistente Social.

As informações obtidas através desta pesquisa serão utilizadas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso e através deste é que serão veiculados os resultados. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar sua identificação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal e da professora orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora, ou a qualquer momento.

Obrigada pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Acadêmica: Viviane Maria Rodrigues

Rua: Ferminio H. dos Santos, 364.

Fone: 48 - 99480015

Professora Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso – Prof.<sup>a</sup> Dra. Liliane Moser.

**Departamento de Serviço Social**

**Fone: 3331-9540**

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

---

**Sujeito da pesquisa**